

OBSERVATÓRIO DO TRABALHO DE CURITIBA

1º ESTUDO TEMÁTICO

**Subsídios para identificação das necessidades por qualificação
profissional em Curitiba**

Produto 2.4

Contrato nº 21303/2014 – PMC e DIEESE

OUTUBRO DE 2016



Expediente da Prefeitura do Município de Curitiba

GUSTAVO FRUET
Prefeito do Município de Curitiba

MIRIAN GONÇALVES
Vice-prefeita

FERNANDO GUEDES
Secretário do Trabalho e Emprego

ELIETE TREVIZAN
Chefe de gabinete da Secretaria de Trabalho e Emprego

GILBERTO BEDIN
Superintendente

JAKSON LUIZ DE SANTA
Diretor do Departamento de Convênios

GRÉCIA CORREA
Diretora de qualificação profissional

JUAREZ CEZAR ZANON JUNIOR
Diretor do Departamento de Planejamento das Relações de Trabalho

SMTE – Secretaria Municipal do Trabalho e Emprego
Endereço: Rua da Glória, 362, Centro Cívico
Curitiba – PR – CEP 80030-060. Tel: (41) 3221-2900
E-mail: sMTE@sMTE.curitiba.pr.gov.br

EXPEDIENTE DO DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS – DIEESE**Direção Técnica**

Clemente Ganz Lúcio – Diretor Técnico
Patrícia Toledo Pelatieri – Coordenadora Pesquisa e Tecnologia
José Silvestre Prado de Oliveira – Coordenador de Relações Sindicais
Fausto Augusto Jr – Coordenador de Educação e Comunicação
Angela Maria Schwengber – Coordenadora de Estudos em Políticas Públicas
Rosana de Freitas – Coordenadora Administrativa e Financeira

Coordenação Geral do Projeto

Angela Maria Schwengber – Coordenadora de Estudos em Políticas Públicas
Patricia Laczynski – Supervisora dos Observatórios do Trabalho
André Marega Pinhel – Técnico responsável pelo projeto

Equipe Executora

DIEESE

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
Rua Aurora, 957 – Centro – São Paulo – SP – CEP 01209-001
Fone: (11) 3821 2199 – Fax: (11) 3821 2179
E-mail: institucional@dieese.org.br
Site: <http://www.dieese.org.br>

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
NOTA METODOLÓGICA	6
INTRODUÇÃO	11
1. CARACTERIZAÇÃO SÓCIOECONÔMICA	17
1.1. Características gerais da população	17
1.2. Evolução do Produto Interno Bruto	20
1.3. Comércio exterior	22
1.4 Estabelecimentos	25
2. CARACTERÍSTICAS GERAIS DO MERCADO DE TRABALHO FORMAL EM CURITIBA	28
2.1. Evolução recente do emprego formal	28
2.2. Caracterização por setor de atividade econômica	30
2.2. Atributos pessoais	32
2.2. Perfil dos vínculos e movimentação no mercado de trabalho	33
2.3. Remuneração	38
3. SUBSÍDIOS PARA A IDENTIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL EM CURITIBA	40
3.1. Famílias ocupacionais com maior participação no estoque de empregos	40
3.2. Famílias ocupacionais segundo setores de atividade econômica	48
3.2.1 Famílias ocupacionais nos Serviços	48
3.2.2 Famílias ocupacionais no Comércio	49
3.2.3 Famílias ocupacionais na Indústria de transformação.	51
3.2.4 Famílias ocupacionais na Construção civil.	54
CONCLUSÕES	57
Referencias bibliográficas	60
GLOSSÁRIO DE FAMÍLIAS OCUPACIONAIS	61
ANEXOS	66

APRESENTAÇÃO

O presente estudo, intitulado “*Subsídios para identificação das necessidades por qualificação profissional em Curitiba*” faz parte do plano de atividades do Observatório do Trabalho de Curitiba, uma parceria entre o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), Prefeitura de Curitiba e a Secretaria Municipal do Trabalho e Emprego de Curitiba (SMTE) (Contrato 21303/2014).

O objetivo geral do estudo é oferecer uma série de indicadores demográficos e econômicos que permitam construir possibilidades de ação no campo da qualificação profissional no município de Curitiba. O estudo deve se focar, especialmente, em analisar algumas famílias ocupacionais que alçam destaque no estoque de empregos da capital paranaense, observando os atributos de escolaridade e tempo de permanência dos vínculos a elas associadas.

Destaca-se que o presente relatório é o sétimo de uma série de oito estudos temáticos a serem desenvolvidos pelo Observatório do Trabalho de Curitiba, abordando temas específicos do mercado de trabalho. Precede a presente produção, estudos sobre a *Inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho*, a *Economia criativa em Curitiba*, *Agenda curitibana do trabalho decente*, *Análise sobre aspectos estruturais e especificidades econômicas do setor Industrial na Região Metropolitana de Curitiba*, *Perfil dos bairros agregados de Curitiba* e *Aspectos da saúde do trabalhador da Região Metropolitana de Curitiba*.

NOTA METODOLÓGICA

O esforço de buscar elementos que apontem as necessidades de qualificação profissional tem mostrado que é necessária a reunião de uma série de informações que evidenciem o quadro geral da economia, da população e, naturalmente, da própria ocupação do local que se toma por objeto de estudo.

A análise da estrutura econômica é fundamental para o entendimento da dinâmica do mercado de trabalho formal. Um ponto de partida para investigação da estrutura econômica de uma determinada localidade é avaliação de seu Produto Interno Bruto. Ele sistematiza as informações do conjunto de bens e serviços produzidos na economia, além do valor adicionado à economia por meio dessa produção. Disponibilizado pelo IBGE, os dados do PIB por municípios possuem uma defasagem de três anos em relação à divulgação do PIB nacional. Além disso cumpre salientar que, em 2015, o IBGE revisou a metodologia das contas nacionais¹, o que gerou uma interrupção da série histórica, permitindo apenas análises a partir do ano de 2010. Considerando essas questões, o estudo incorporará a série de 2010 a 2013 para as regiões analisadas. É importante relativizar estes resultados já que atualmente verifica-se um processo recessivo na economia brasileira, que se inicia no último trimestre de 2014, avançando pelo ano de 2015 e 2016. Como reflexo deste contexto, PIB se manteve praticamente estável em 2014 (crescimento de 0,1%²), e em 2015 recuou (-3,8%), tendência que avançou para o primeiro trimestre de 2016 (-5,6%).

Essa relativização é importante pois, em uma conjuntura de aquecimento do mercado de trabalho há menor procura por programas de seguro desemprego e cursos de qualificação por parte da população adulta, que se encontra ocupada, e maior procura de cursos de qualificação por parte dos jovens, que podem permanecer inativos no mercado e dar continuidade a sua formação técnica ou formal. No cenário recente, entretanto, marcado pela elevação das taxas de desocupação, o público prioritário para ações de qualificação passa a ser aqueles que foram desligados e estão alocados no programa de seguro desemprego, buscando se reinserir no mercado de trabalho. Devido à defasagem da divulgação das bases de dados, é importante mencionar que o cenário recente não é

¹ Disponível em:

ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Nacionais/Sistema_de_Contas_Nacionais/Notas_Metodologicas_2010/01_mudanca_de_base.pdf

² Fonte: contas nacionais, elaborado pelo IBGE. Importante mencionar que os dados anualizados diferem dos resultados trimestrais.

analisado no presente relatório, mas os indicadores analisados pelo observatório em outros estudos³ dão indicativos que os desafios para inserção de trabalhadores no mercado de trabalho curitibano se multiplicaram desde então.

As informações de Comércio Exterior, fornecidas pelo MDIC e que completam a análise do panorama econômico do município de Curitiba, são atualizadas mensalmente. Ressalva-se que os dados são constantemente atualizados e, desta forma, podem diferir quando coletados em diferentes pontos no tempo. Para fins de execução deste trabalho, foram utilizados sempre os dados mais recentes disponíveis. Em âmbito municipal, os dados de montante agregado⁴ são mais atualizados do que os de composição de pauta e de destinos, de forma que eventualmente os valores não correspondem. Entretanto, o diferencial apurado não chega a 1% do valor total. Ademais, os dados desagregados só estão disponíveis a partir de 2005. Todavia, quanto mais distante na série, maiores podem ser as diferenças dos dados colhidos por município do resumo para o estado.

Para o devido aprofundamento sobre as necessidades de qualificação profissional, foi analisada a força de trabalho disponível. Nessa abordagem incluem-se questões como evolução salarial, perfil dos postos ocupados segundo atributos pessoais, estabelecimentos que mais empregam, entre outros. O levantamento dessa realidade deve auxiliar na resposta de algumas perguntas, tais como: há falta de mão de obra qualificada ou ausência de mão de obra disponível para determinados setores? Como está a disputa no mercado de trabalho considerando os salários pagos? Há diferenças na oferta de vagas considerando atributos pessoais como sexo ou idade? As dificuldades na captação de trabalhadores se resumem à ausência de qualificação?

No que tange aos propósitos de identificação da necessidade de qualificação profissional, de acordo com a estrutura setorial e ocupacional, é empregada neste estudo uma metodologia que apresenta indícios de potenciais focos de ação da política pública de qualificação. A metodologia utilizada assume que a escolaridade é um importante atributo pessoal para a inserção do trabalhador no mercado de trabalho. Ela busca

³ Ver, por exemplo, os relatórios mensais do CAGED, disponíveis em: <http://curitiba.dieese.org.br/>. Também vale citar os resultados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios, a PNAD Contínua, onde vê-se que o rendimento médio dos ocupados, em Curitiba, diminuiu a taxa de -0,3% a cada trimestre, entre o terceiro trimestre de 2014 e o segundo trimestre de 2016. Disponível em: <http://curitiba.dieese.org.br/>

⁴ O montante agregado diz respeito aos valores totais exportados e importados, em valores de dólares americanos Free On Board (FOB). Já a composição da pauta diz respeito aos produtos exportados e importados.

comparar escolaridade média, em anos, praticada no mercado de trabalho formal, com aquela escolaridade requerida pelo mercado indicada na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), do Ministério do Trabalho, referencial para a questão da escolaridade e qualificação.

Claramente, algumas ocupações demandam que o trabalhador possua certa titulação mínima para o desempenho de suas funções, tais como Médicos, Engenheiros, Dentistas, entre outras ocupações que demandam ensino superior. Além daquelas que requerem ensino técnico de nível médio, como Técnicos de Enfermagem, Professores de nível médio do ensino fundamental, etc. Para os propósitos deste estudo, serão considerados apenas os casos em que trabalhadores possam estar desempenhando uma função tendo um grau de escolarização abaixo do indicado, o que não é o caso destas mencionadas anteriormente.

A base de dados utilizada para tais testes é a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) um registro administrativo do Ministério do Trabalho (MTb), cuja instituição se deu por motivos⁵ diversos, mas em geral trata-se de uma declaração que deve ser preenchida pelas empresas, contendo elementos destinados a suprir as necessidades de controle, estatística e informações das entidades governamentais da área social. Atualmente, os dados coletados através da RAIS se constituem em insumo para atendimento das necessidades da: legislação de nacionalização do trabalho, de controle dos registros do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), dos sistemas de arrecadação e de concessão e benefícios previdenciários e identificação do trabalhador com direito ao abono salarial (PIS/PASEP). Além desta questão, é importante ressaltar que a RAIS abrange o universo de vínculos de emprego formal, sejam estatutários, celetistas ou militares sem trazer, portanto, informações sobre a população desocupada, que seria um dos públicos para a atuação na área de qualificação profissional.

Em relação ao tema da qualificação profissional a RAIS oferece uma limitação no escopo de análise. Não consta nesta base se o trabalhador possui ou não ensino profissionalizante, de nível técnico ou não. Ou seja, só consta a escolaridade do trabalhador em termos de ensino fundamental incompleto, fundamental completo, ensino médio incompleto, médio completo, ensino superior incompleto, superior completo, mestrado e doutorado, além do trabalhador analfabeto.

⁵ Conforme Decreto 76.900 de 23 de dezembro de 1975, que instituiu a RAIS.

Por outro lado, SCHNEIDER (2010) demonstra que esta é uma limitação relativa, uma vez que é verificada uma correlação positiva entre escolaridade e formação profissional. Portanto, os trabalhadores mais escolarizados tendem a ter, também, formação profissional. Para POCHMANN, “*a educação torna-se cada vez mais uma condição necessária para o emprego da mão-de-obra, a oferta de trabalho tende a estar mais identificada com a busca de maior qualificação profissional. A escolaridade passa a ser um recurso inadiável de elevação da qualidade da mão-de-obra, já que há correlação direta entre baixa escolaridade e baixa qualidade ocupacional, sem ser uma panaceia de resolução do problema do emprego nacional*” (2009, p.97). Isso significa que a escolaridade pode ser considerada uma *proxy*⁶ adequada para este estudo.

Importante ressaltar também que a experiência profissional pode eventualmente suprir uma deficiência na formação (educação) profissional do trabalhador. Os dados utilizados neste trabalho não permitem analisar a totalidade da experiência profissional do trabalhador, apenas o tempo em que tem permanecido (ou ainda permaneça) em seu último vínculo de emprego formal. Entretanto, é possível fazer, também, uma comparação em relação ao tempo descrito na CBO para que um trabalhador possa desenvolver plenamente determinada função, em relação ao tempo de permanência médio no emprego. Neste caso, o tempo médio de permanência no emprego nas ocupações será sempre ponderado em relação aquele descrito como indicado pelo manual da CBO, além de ser comparado com o tempo médio de permanência no total de vínculos do setor, a fim de observar especificidades da permanência dos vínculos destas ocupações em relação ao conjunto similar. Nesse sentido, pretende-se avaliar, ainda que pese todas as considerações efetuadas anteriormente, a aptidão deste trabalhador na função, no caso de uma eventual troca de emprego.

A partir da premissa de que a escolaridade é uma *proxy* adequada para averiguação das condições de qualificação do trabalhador, a pesquisa parte da avaliação de subescolarização do empregado. Ou seja, de que o trabalhador possui uma escolaridade formal inferior à indicada pela CBO⁷ como a mais apropriada para que as atividades da

⁶ Às vezes, informações sobre a variável explicativa não são disponíveis por falta de estatísticas. Como solução, pode ser utilizada uma variável “*proxy*”, que é uma variável que substitui aproximadamente a que está se procurando.

⁷ Importante mencionar que as recomendações descritas pelo manual da CBO para escolaridade indicada para as ocupações contam com a participação de empregadores e trabalhadores em sua apreciação. Portanto, é de se assumir que representem aqueles estratos da sociedade que estão em maior contato com

ocupação sejam desempenhadas de forma adequada. Isto pode ser um problema para a inclusão de mais trabalhadores no mercado de trabalho ou, de outro modo, pode significar despesas adicionais para treinamento do trabalhador, seja em forma monetária, seja na forma do tempo que se leva para que o empregado esteja absolutamente capacitado para desempenhar suas funções.

O lócus de avaliação destas variáveis – tempo de emprego e escolaridade – serão as famílias ocupacionais, uma classificação das ocupações laborais criada⁸ em 1977 e continuamente atualizada, na medida em que a estrutura da atividade econômica se modifica. Na parte final do estudo, 20 famílias ocupacionais com destaque no estoque de empregos da capital serão investigadas segundo a evolução de seu estoque de empregos, escolaridade dos trabalhadores e remuneração média. Por fim, serão avaliados os resultados das famílias ocupacionais com maior estoque de empregos nos setores de atividade com maior dinamismo na economia curitibana.

a atuação destes trabalhadores, ainda que seja possível que a demanda do mercado de trabalho seja mais dinâmica do que fluxo de atualizações do manual.

⁸ Para mais informações a respeito, ver: <http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/informacoesGerais.jsf#1>

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem por objetivo analisar fatores demográficos e socioeconômicos que são determinantes para o planejamento de políticas de qualificação profissional para o município de Curitiba, e apontar informações importantes para subsidiar a atuação da administração municipal neste campo. Mais especificadamente, o estudo pretende analisar uma gama de ocupações que detém destaque no estoque de empregos formais da capital, a fim de elencar informações para organização de cursos de qualificação voltados para estas ocupações. Para atender a estes objetivos, a introdução parte de um histórico de políticas de qualificação e sua relação com o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda (SPETR).

Concepção da Política de qualificação social e profissional no SPETR

Os planos de qualificação profissional desenvolvidos no Brasil, a partir dos anos 1990, representam diferentes estratégias de enfrentamento para a inserção do trabalhador no mercado de trabalho, ao passo que resultam das demandas e desafios impostos à política de formação profissional do país, diante do panorama macroeconômico e político vivenciado. Durante os anos 1990, o Brasil passou por reformas econômicas, com abertura comercial e financeira, reestruturação produtiva e foi marcado por baixo crescimento do PIB e deterioração das contas externas.

Nesse período, o cenário macroeconômico adverso do país provocou forte desestruturação do mercado de trabalho, implicando em flexibilização das relações de trabalho, por intermédio de medidas que envolviam a alocação e gestão da mão de obra, remuneração, tempo de trabalho, além de negociações sindicais desvantajosas. Somam-se a isso, a elevação dos índices de desemprego, queda do rendimento e precarização das condições de trabalho, com o aumento de ocupações informais, acentuando o caráter heterogêneo do mercado de trabalho do país (DIEESE, 2008).

Segundo DIEESE (2008), diante dos desafios impostos ao estado brasileiro nos anos 1990 é que foram promovidas as políticas de qualificação profissional e o conjunto de políticas voltadas para a promoção de trabalho e renda, sendo essas primeiras

influenciadas pelo discurso da empregabilidade⁹, se constituindo em medidas fundamentais para o combate da crise do mercado de trabalho¹⁰.

Nesse contexto, foi desenvolvido o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (Planfor), mencionado na Resolução nº 126/1996¹¹, de 23 de outubro de 1996, do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo do Trabalhador (Codefat)¹², com vigência no período de 1995 a 2002. Tal plano foi instituído em todas as regiões brasileiras, sob a coordenação do Ministério do Trabalho e a partir de recursos oriundos do Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT)¹³, representando o primeiro plano nacional de qualificação profissional posterior a redemocratização do país.

Como assinala PEIXOTO (2008), o Planfor foi concebido em um momento em que muito destaque vinha sendo atribuído à educação e à formação profissional, considerados alicerces indispensáveis no processo de inovação nas empresas, além de ser uma forma de impulsionar a competitividade e o processo de desenvolvimento dos países. Com efeito, esse plano teve como concepção a aproximação da qualificação profissional das demandas do setor produtivo, implicando em uma “adequação” das habilidades e competências do trabalhador para as novas determinações do mercado.

Na sequência foi implementado o Plano Nacional de Qualificação (PNQ)¹⁴, instituído através da Resolução nº 333/2003, do Codefat, em 10 de julho de 2003 e executado

⁹ Conceito ideológico-político, que associa o fenômeno do desemprego e a inserção em posições ocupacionais mais precárias à falta de qualificação do trabalhador, isto é, procura-se responsabilizar o trabalhador pela ausência de oferta de trabalho, bem como pela sua condição de ocupação desfavorável.

¹⁰ Peixoto (2008) critica as concepções dessas políticas por vincularem a possibilidade de obtenção do emprego à melhor qualificação, além de pressupor que o desemprego é provocado pela inadequação dos trabalhadores aos novos requisitos do mercado de trabalho. Outros autores, como Ball (2001) e Oliveira (2008) reforçam a crítica da autora quando afirmam que fundamentar a política de qualificação profissional a uma inadequação da oferta de trabalho existente ao mercado é desconsiderar que o próprio modelo de produção capitalista é redutor de postos de trabalho, bem como as novas tecnologias que reestruturam e flexibilizam a produção são intensivas em capital e excluem ou precarizam as relações de trabalho.

¹¹ Essa resolução define critérios para utilização de recursos do FAT e nela menciona-se que o Planfor absorve a política de qualificação social e profissional através de repasses desse fundo. Posteriormente, outros critérios operacionais do Planfor são instituídos na Resolução nº 258/2000, de 21 de dezembro de 2000.

¹² Esse conselho foi instituído para gerir os programas e recursos do FAT. Tem composição tripartite e paritária, formada por quatro representantes dos trabalhadores, empresários e governo, totalizando 12 membros.

¹³ O FAT foi instituído por lei aprovada pelo Congresso Nacional em 1990. As principais fontes de recursos do FAT são provenientes do Programa de Integração Social (PIS) e Patrimônio do Servidor Público (Pasep).

¹⁴ A Resolução nº 575/2008, do Codefat, de 28 de abril de 2008, revoga a Resolução nº 333/2003, normatizando e estabelecendo critérios sobre os recursos do FAT para o PNQ.

entre 2004 e 2007¹⁵, via Planos Territoriais de Qualificação (Planteqs)¹⁶ e de Projetos Especiais de Qualificação (Proesqs)¹⁷, com recursos repassados pelo FAT. O PNQ tem como concepção a integração das políticas de emprego, trabalho, renda, educação e rendimento e nesse sentido procura superar a condição de política compensatória. Segundo PEIXOTO (2008, p. 76), esse plano integra uma visão de concepção da “qualificação profissional como direito, como política pública, como espaço de negociação coletiva e como elemento constitutivo do desenvolvimento sustentável”. PEIXOTO (2008), ao analisar a concepção e objetivos do PNQ em relação ao Planfor, evidencia que, a despeito de inovar no conceito da inclusão social, através do desenvolvimento sustentável e das reduções do desemprego e subemprego, em prol do trabalho decente, o PNQ manteve bases institucionais e operacionais semelhantes ao Planfor.

Embora esses dois planos nacionais de qualificação profissional tenham em seus pressupostos a conceito da empregabilidade, eles, na prática, não garantiram uma equação exata de qualificados = empregados, acabaram se tornando alternativas para aumentar as chances de inserção do trabalhador no mercado de trabalho, frente aos novos requisitos de conhecimento tecnológicos, de materiais e processos.

Ainda enquanto vigia o PNQ, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária (ProJovem)¹⁸ foi instituído pela Medida Provisória nº

¹⁵ Em 2003, criaram-se as bases conceituais para o PNQ, com a perspectiva de direcionar a qualificação profissional para além da geração de trabalho e renda, voltando-o para a inclusão social, desenvolvimento econômico e distribuição de renda.

¹⁶ Compreendem projetos e ações de qualificação profissional, circunscritos a um território, que compreende desde a unidade federativa, até níveis de desagregação intraestadual como mesorregião, microrregião ou município, visando o desenvolvimento do território, com aprovação e homologação obrigatórias das Comissões Estaduais de Trabalho ou Comissões Municipais de Trabalho.

¹⁷ Segundo CODEFAT (2016, p. 10), envolvem a elaboração de estudos, pesquisas, materiais técnico-didáticos, metodologias e tecnologias de qualificação social e profissional destinadas a populações específicas ou abordando aspectos da demanda, oferta e do aperfeiçoamento das políticas públicas de qualificação e de sua gestão participativa, implementados em escala regional ou nacional, por entidades de comprovada especialidade, competência técnica e capacidade de execução, de acordo com as diretrizes fixadas anualmente pelo DEQ/SPPE/MTE, aprovadas e homologadas pelo Codefat.

¹⁸ Com base no documento do Conselho Nacional de Educação, disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb002_05.pdf. Acesso em: 13/08/2016, o arranjo institucional do ProJovem envolve a articulação dos vários sistemas de ensino (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) e integra os vários níveis e modalidades de educação: integrando a educação de jovens e adultos com a educação profissional, valendo-se da educação superior para formar os multiplicadores dessa proposta integrada. Instituições especializadas em educação profissional, tais como as integrantes da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, as escolas e centros de educação profissional das redes estaduais e municipais, bem como as Instituições Nacionais especializadas em educação profissional, como é o caso do SENAI, SENAC, SENAT e SEBRAE também podem ser envolvidas neste projeto.

238, de 1º de fevereiro de 2005 e sancionado pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005. Os recursos eram provenientes do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Foi concebido no âmbito da Secretaria Geral da Presidência da República, para coordenar uma ação integrada com os Ministérios da Educação, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, observada a intersectorialidade, e sem prejuízo da participação de outros órgãos e entidades do Poder Executivo Federal¹⁹. Integrou a principal Política Nacional de Juventude (PNJ) do governo de Luís Inácio da Silva e tinha objetivo mais específico do que o Planfor e o PNQ, que estavam circunscritos à qualificação social e profissional de um público alvo mais abrangente. Tinha em sua concepção que os acessos à educação e ao trabalho, direitos fundamentais de cidadania, previstos na Constituição de 1988, são essenciais para garantir a formação inicial do jovem no mundo do trabalho, bem sua inclusão social, por meio da elevação da escolaridade, qualificação para o trabalho e ação comunitária, desenvolvendo aptidões para sua vida produtiva e social. Considerava o trabalho como princípio educativo e princípio do desenvolvimento de ações comunitárias com práticas de solidariedade, exercício da cidadania e intervenção na realidade local. Fundamentou-se legalmente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e nos direitos sociais da Constituição Federativa do Brasil de 1988.

Já em 26 de outubro de 2011, através da Lei nº 12.513/ 2011, instituiu-se o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec)²⁰, com o objetivo principal de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos técnicos e profissionais de nível médio, de cursos de formação inicial e continuada para trabalhadores e intensificar o programa de expansão de escolas técnicas em todo o país. Este programa está sendo executado através de uma articulação do Ministério do Trabalho com o Ministério da Educação (MEC), sendo que o primeiro demanda as vagas, cursos e inscrições de trabalhadores ao segundo. O programa funciona mediante

¹⁹ Segundo documento do Conselho Nacional de Educação, disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb002_05.pdf. Acesso em: 13/08/2016.

²⁰ Para Saldanha (2016), ao priorizar a qualificação profissional concomitante ao Ensino Médio Público, mediante parcerias público/privado, o Pronatec fragmenta os insuficientes recursos públicos e promove a descontinuidade em relação à concepção progressista de integração entre Ensino Médio e Educação Profissional. Além disso, a autora avalia que o programa como está concebido interrompe o processo de travessia para a escola unitária e não enfrenta a problemática complexa da qualidade na escola pública.

a criação de Bolsas e de Financiamento Estudantil (FIES) Técnico, sendo estes recursos geridos pelo MEC²¹.

Políticas de qualificação profissional em Curitiba

Em Curitiba, as políticas de qualificação tem como marco importante a transferência do programa de Liceus de Ofícios da Fundação de Ação Social (FAS) para a Secretaria Municipal do Trabalho e Emprego (SMTE). Em Abril de 2015 foi sancionada a Lei nº 14.629, que estabelece a competência da Secretaria Municipal do Trabalho e Emprego, de “gerir as ações de capacitação profissional e geração de trabalho e renda, que promovam oportunidades para o trabalho e melhoria da renda familiar”.

O programa Liceus de Ofício oferece cursos de qualificação profissional de 160 horas aula, parâmetro estabelecido pelo Programa Nacional de Qualificação. No ano de 2016, o programa executou 226 turmas de cursos²², alocadas nas seguintes áreas: Informática (65 cursos), Desenvolvimento pessoal e empregabilidade (52 cursos de 20 horas aula), Costura (48 cursos), Operador de processos de produção (39 cursos), Turismo e Hotelaria (10 cursos), Beleza (sete cursos) e Serviços (chaveiro, cinco cursos). Com a transferência do programa da FAS para a SMTE passaram a ser geridos por esta última 24 equipamentos urbanos, sendo 23 Liceus de Ofícios e uma unidade de capacitação profissional. Os recursos para manutenção do programa Liceus de Ofícios são próprios do município, e não há subsídio federal ou estadual.

Importante mencionar que a SMTE também estabelece convênios com outras instituições para implantação de programas de qualificação profissional como, por exemplo, o Serviço Nacional de Aprendizado da Indústria (SENAI), que executou 48 cursos em 2016, e o Instituto Jonir Zonta, com dois cursos no mesmo período. Estas instituições utilizam a infraestrutura dos Liceus de Ofício para desenvolver os cursos, enquanto disponibilizam os recursos humanos e didáticos.

Vale ressaltar que a possibilidade de atuação dos municípios na área de qualificação profissional é limitada, já que parte substancial do orçamento para esta área é gerida pelos estados em parcerias com o governo federal, como por exemplo, na execução do PRONATEC. No ano de 2016, em decorrência do contingenciamento nos gastos do

²¹ A transferência dos recursos do FAT (MTE) para o FIES (MEC) representam um marco importante para a concepção da política de qualificação social e profissional brasileira.

²² Não são incluídos nesta listagem os cursos em parceria com outras instituições, listados na sequência.

governo federal, não houve execução do PRONATEC na cidade de Curitiba, o que acabou por pressionar a demanda pelo programa Liceu de Ofícios, mantido pela Prefeitura Municipal. Este contexto motivou a proposta deste estudo, qual seja, oferecer subsídios à identificação de áreas prioritárias para proposição de cursos de qualificação profissional.

1. CARACTERIZAÇÃO SÓCIOECONÔMICA

1.1. Características gerais da população

A análise da evolução da população entre os censos demográficos permite compreender as mudanças demográficas da capital paranaense. A Tabela 1 considera a série censitária de 1970 a 2010, retratando os 10 municípios com maior população neste último ano. Como se nota, a capital paranaense é o maior município do estado em termos populacionais, com 1.751.907 pessoas, o que representava 16,8% da população total do estado do Paraná, seguida por Londrina (506.701, ou 4,9% do total) e Maringá (357.077 ou 3,4% do total). Considerando a série histórica, nota-se que, em média, a população curitibana avançou 30,2% a cada decênio, incremento superior ao observado para o estado do Paraná (10,8%), para a região Sul (13,5%) e para o Brasil (19,6%).

Ainda sobre o crescimento da população da capital paranaense, nota-se que foi mais intensivo entre as décadas de 70 e 80, quando a população avançou 68,2% - ultrapassando a marca de um milhão de pessoas – gerando um aporte de força de trabalho e também de mercado consumidor. Uma hipótese para explicar a intensidade desse crescimento seria o incremento de fluxos migratórios, tanto do interior do estado do Paraná quanto de outras regiões do país em direção à região metropolitana de Curitiba²³. De todo modo, nota-se que nas décadas subsequentes o crescimento da população perdeu intensidade, até atingir a taxa de 10,4% entre 2000 e 2010.

²³ Sobre esta questão, ver PEREIRA (2010, p.4), onde se identifica um uma troca líquida intermesoregional, a partir da década de 70, advinda das mesorregiões Noroeste, Norte Central e Pioneira para a região metropolitana de Curitiba, mas também, uma troca líquida interestadual. Por troca líquida entende-se como o saldo resultante de imigrações e emigrações entre as regiões.

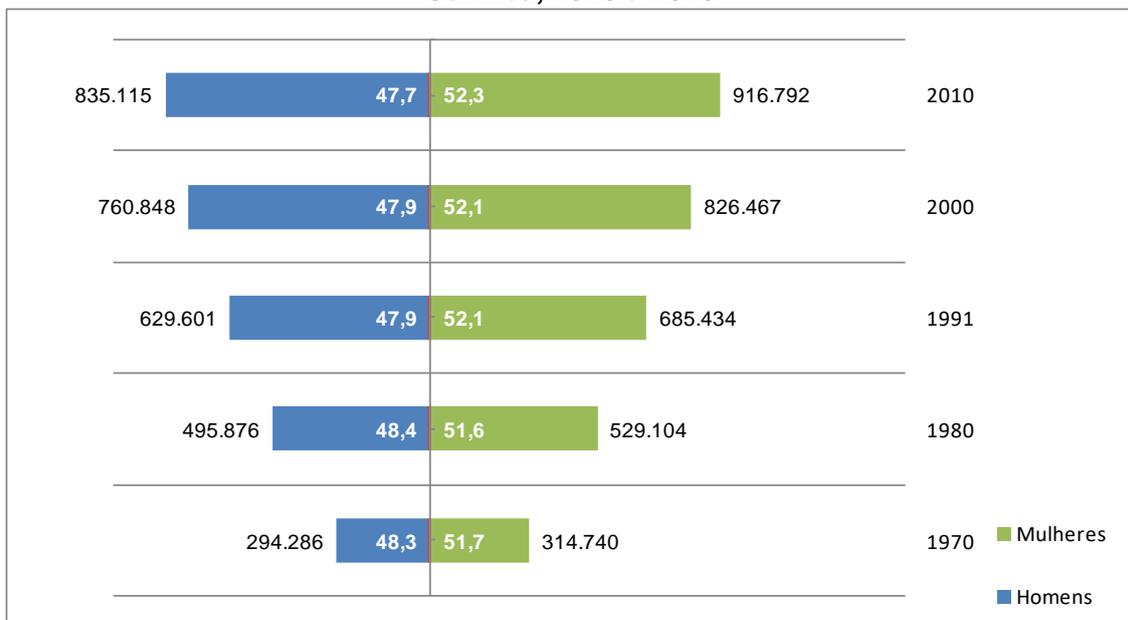
TABELA 1
População total, participação percentual e variação média decenal
Regiões geográficas selecionadas, 1970 a 2010

Município	1970		1980		1991		2000		2010		Variação média decenal
	Nº Absoluto	Part. %	1980	Part. %	1991	Part. %	2000	Part. %	2010	Part. %	
Curitiba	609.026	8,8	1.024.980	13,4	1.315.035	15,6	1.587.315	16,6	1.751.907	16,8	30,2
Londrina	228.101	3,3	301.696	4,0	390.100	4,6	447.065	4,7	506.701	4,9	22,1
Maringá	121.374	1,8	168.232	2,2	240.292	2,8	288.653	3,0	357.077	3,4	31,0
Ponta Grossa	126.940	1,8	186.656	2,4	233.984	2,8	273.616	2,9	311.611	3,0	25,2
Cascavel	89.921	1,3	163.470	2,1	192.990	2,3	245.369	2,6	286.205	2,7	33,6
São José dos Pinhais	34.124	0,5	70.643	0,9	127.455	1,5	204.316	2,1	264.210	2,5	66,8
Foz do Iguaçu	33.966	0,5	136.352	1,8	190.123	2,3	258.543	2,7	256.088	2,5	65,7
Colombo	19.258	0,3	62.882	0,8	117.767	1,4	183.329	1,9	212.967	2,0	82,4
Guarapuava	110.903	1,6	158.585	2,1	159.634	1,9	155.161	1,6	167.328	1,6	10,8
Paranaguá	62.327	0,9	81.971	1,1	107.675	1,3	127.339	1,3	140.469	1,3	22,5
Paraná	6.929.821	100,0	7.629.849	100,0	8.448.713	100,0	9.564.643	100,0	10.444.526	100,0	10,8
Sul	16.496.322	-	19.031.990	-	22.129.377	-	25.110.348	-	27.386.891	-	13,5
Brasil	93.134.846	-	119.011.052	-	146.825.475	-	169.872.856	-	190.755.799	-	19,6

Fonte: IBGE – Censo demográfico
 Elaboração: DIEESE

Prosseguindo com a análise, o Gráfico 1 avalia a distribuição da população curitibana em função do sexo, considerando a série histórica desde a década de 70. Verifica-se que as mulheres representavam a maioria da população curitibana em 2010 (52,3%), somando 916.792 pessoas. Em relação à série histórica, nota-se que as mulheres vêm aumentando sua participação, já que em 1970 representavam 51,7% da população curitibana.

GRÁFICO 1
População e participação percentual segundo sexo
Curitiba, 1970 a 2010



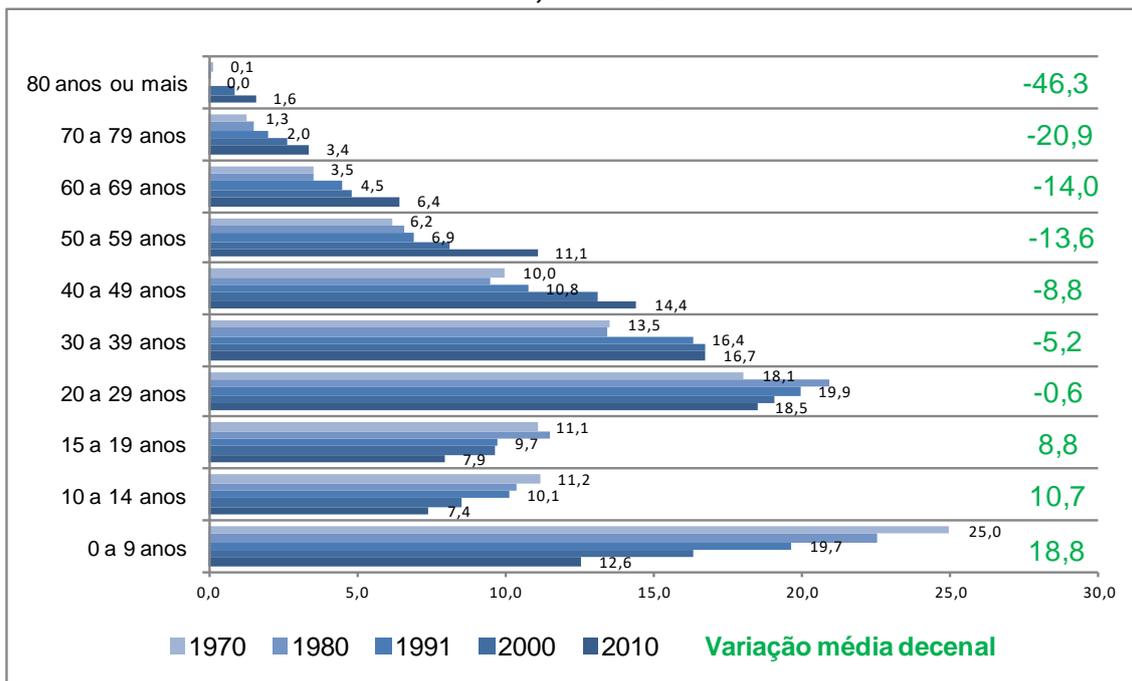
Fonte: IBGE – Censo demográfico
 Elaboração: DIEESE

Ao longo da série estudada, outro fenômeno demográfico pode ser constatado em Curitiba: o envelhecimento da população. Em 1970, 25,0% da população curitibana era composta por crianças de 0 a 9 anos, estrato que diminuiu sua participação ao longo dos censos demográficos em média -15,8% ao decênio, até atingir a marca de 12,6% da população curitibana, em 2010. A mesma tendência foi verificada entre crianças de 10 a 14 anos e jovens de 15 a 19 anos, que observaram variações médias decenais negativas, na ordem de -9,7% e -8,1%, respectivamente.

Por outro lado, os estratos de faixa etária mais elevada aumentaram sua participação no total, com destaque para a população com 80 anos ou mais, que partiu de 0,1% do total, em 1970, e atingiu 1,6% do total, em 2010, o que representa um aumento médio decenal de 86,3%. O mesmo sentido de variação foi observado entre as faixas etárias de 70 a 79 anos, 60 a 69 anos e 50 a 59 anos, que observaram crescimento médio decenal de 26,3%, 16,3% e 15,7%.

As faixas etárias de 20 a 29 anos e de 30 a 39 anos são importantes por se tratarem, no primeiro caso, de jovens que estão buscando a inserção no mercado de trabalho, e no segundo, de indivíduos adultos adentrando a fase produtiva. Para o primeiro caso, observa-se crescimento da população até o ano de 1991, quando atingiu 20,9% do total, mas retroagiu desde então, atingindo 18,5% do total no último censo demográfico, de 2010. Já para o segundo caso, a expansão da participação se deu até os anos 2000, até atingir 16,7%. Destaca-se, entretanto, que esta faixa estagnou sua participação entre 2000 e 2010.

GRÁFICO 2
Participação percentual da população e variação média decenal
Curitiba, 1970 a 2010



Fonte: IBGE – Censo demográfico
 Elaboração: DIEESE

1.2. Evolução do Produto Interno Bruto

O Produto Interno Bruto (PIB) caracteriza-se como a soma de todos os bens e riquezas, expressos em valores monetários, produzidos em uma determinada região e período. Em 2013, o maior PIB entre as capitais brasileiras pertencia a São Paulo, com R\$ 570 bilhões, seguida por Rio de Janeiro (R\$ 282 bilhões) e Belo Horizonte (R\$ 81 bilhões). A capital paranaense vem logo atrás, perfazendo um PIB de R\$ 79,3 bilhões no ano de 2013, e apresentando crescimento nominal constante em relação aos anos anteriores (Tabela 2).

Importante destacar também que a participação do PIB da capital paranaense em relação ao total estadual vem decrescendo na série estudada: em 2010, Curitiba era responsável por 25,8% do PIB estadual, e em 2013, essa participação decresce para 24,4%, uma variação negativa de 1,4 pontos percentuais (p.p.). Nota-se, entretanto, que esta tendência é observada na maioria das capitais, com exceção de Aracaju, Natal, Belém, Fortaleza, Porto alegre e Belo Horizonte.

TABELA 2
Produto interno bruto (PIB) a preços correntes (em R\$ 1.000) e participação percentual em relação ao PIB do estado
Capitais, 2010 a 2013

Capitais	2010		2011		2012		2013	
	Nº absoluto	Part. %						
São Paulo	446.958.815	34,5	495.708.264	34,6	533.373.226	34,3	570.706.192	33,4
Rio de Janeiro	207.888.255	46,2	228.657.077	44,6	251.811.167	43,9	282.538.827	45,1
Belo Horizonte	59.229.634	16,9	65.821.000	16,5	74.279.149	16,8	81.426.708	16,7
Curitiba	58.027.566	25,8	65.581.294	25,5	69.725.352	24,4	79.383.343	23,9
Manaus	50.221.918	82,5	55.453.133	78,4	55.489.798	76,8	64.025.434	76,9
Porto Alegre	42.701.518	17,7	48.206.763	18,2	53.915.532	18,8	57.379.337	17,3
Salvador	40.242.986	26,1	43.768.170	26,3	47.269.315	25,9	52.667.933	25,8
Fortaleza	37.211.584	46,9	41.036.119	45,8	45.652.174	47,2	49.745.920	45,7
Recife	33.195.676	34,2	37.156.661	33,7	42.410.259	33,2	46.445.339	33,0
Goiânia	29.295.413	27,4	33.644.023	27,7	37.803.085	27,3	40.461.354	26,8
Belém	18.579.371	22,5	21.269.221	21,5	24.614.484	23,0	25.772.207	21,3
São Luís	18.232.790	39,4	19.973.699	38,3	22.692.529	37,5	23.132.344	34,2
Vitória	21.351.125	25,0	24.431.890	23,1	24.312.527	20,8	22.289.815	19,0
Campo Grande	15.136.653	32,0	17.653.861	32,0	19.165.959	30,9	20.674.988	29,9
Natal	14.130.132	39,0	15.519.413	37,9	17.666.580	38,1	19.992.607	38,9
Cuiabá	12.642.266	22,3	13.556.679	19,6	16.187.432	20,3	17.673.958	19,8
Maceió	12.260.069	45,2	13.992.223	44,2	15.148.676	43,7	16.385.771	44,0
João Pessoa	10.875.438	32,4	11.639.080	31,4	13.843.818	32,6	14.841.805	32,0
Teresina	10.633.858	47,7	12.188.525	47,0	13.342.832	46,6	14.803.635	47,4
Florianópolis	11.289.972	7,3	12.740.917	7,3	13.860.577	7,2	14.679.653	6,9
Aracaju	9.656.431	36,6	10.859.143	37,3	12.523.888	38,2	13.918.124	39,5
Porto Velho	9.056.271	37,9	11.101.539	40,3	11.883.164	39,5	11.464.619	36,9
Macapá	5.471.529	66,4	6.173.778	65,6	7.423.050	66,7	8.247.833	64,6
Rio Branco	5.121.687	61,4	5.511.647	61,5	6.255.743	61,8	6.767.743	59,2
Boa Vista	5.121.625	77,1	5.542.854	75,8	5.836.306	75,7	6.693.993	74,2
Palmas	4.095.442	25,0	4.346.291	23,7	4.862.067	23,5	5.824.406	24,5
Brasília	144.168.386	100,0	154.468.311	100,0	163.880.769	100,0	175.362.791	100,0

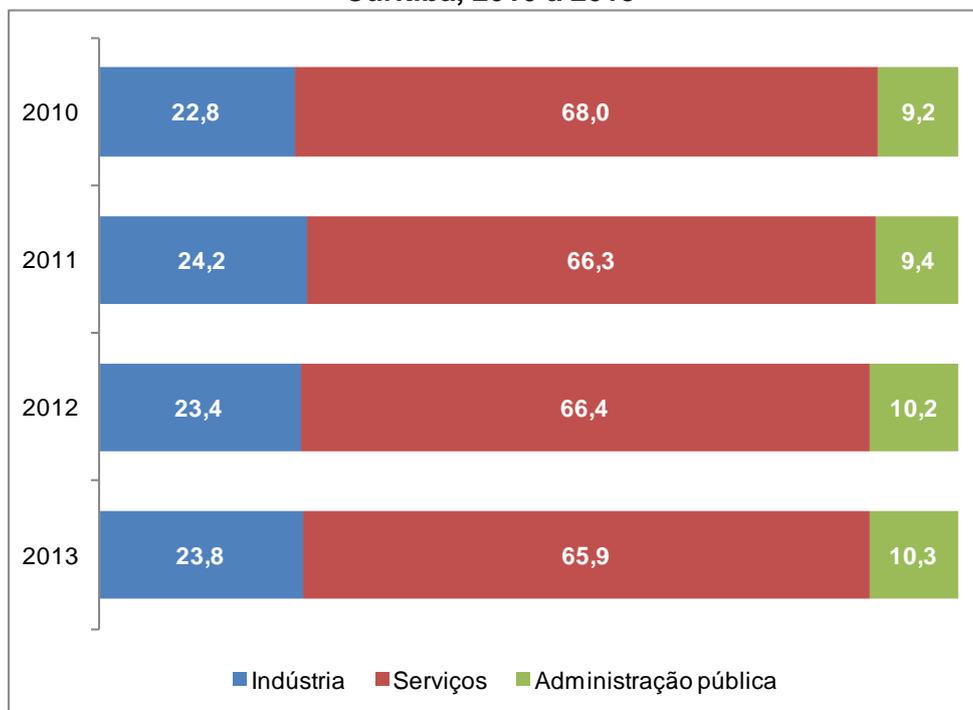
Fonte: IBGE – Contas nacionais
 Elaboração: DIEESE

O Gráfico 3 analisa o valor adicionado bruto (VAB) na capital paranaense segundo setores de atividade econômica, considerando a série de 2010 a 2013²⁴. Como é possível notar, a maior parcela do VAB curitibano diz respeito aos Serviços, com 65,9% do total. Destaca-se, ainda, que a participação deste setor no VAB variou negativamente, já que em 2010 representava 68,0% do total. O segundo setor com maior participação no VAB curitibano é a Indústria, que representava em 2013 23,8% do total, e neste caso,

²⁴ A série histórica do VAB, organizada pelo IBGE, passou por atualizações que tornaram os valores anteriores a 2010 incompatíveis com a série posterior. Os valores estão em termos nominais.

registrando expansão em relação a 2010, quando respondia por 22,8% do total. Por fim, figura a Administração pública, que em 2013 atendia por 10,3% do VAB, registrando crescimento em relação a 2010, quando atendia por 9,2%.

GRÁFICO 3
Participação do valor adicionado bruto segundo setores de atividade econômica Curitiba, 2010 a 2013



Fonte: IBGE – Contas nacionais
 Elaboração: DIEESE

1.3. Comércio exterior

Prosseguindo com a caracterização da economia curitibana, o foco recai sobre a balança comercial da capital. Como é possível notar pela Tabela 3, o saldo da balança comercial de Curitiba é majoritariamente deficitária nos 15 anos analisados, com exceção do período entre 2004 a 2006, quando o resultado foi positivo. No período recente – entre 2013 e 2015 – o saldo negativo vem decrescendo: entre 2013 e 2014, o saldo decaiu de R\$ 3,0 bilhões para R\$ 2,3 bilhões (-21,5%) motivados, principalmente, pela queda nas importações (-19,6% no período) em nível superior as exportações (-16,2%). No ano de 2015 o contexto de queda do saldo negativo se manteve, registrando -1,2 bilhões, resultado 49,2% inferior ao do ano anterior. No último caso, a queda no saldo negativo deu-se por um decréscimo de -30,0% nas importações em relação a 2014, ao passo que as exportações subiram 2,1%.

TABELA 3
Exportação, importação e saldo da balança comercial em valores correntes e
variação em relação ao ano anterior
Curitiba, 2000 a 2015

Ano	Exportação		Importação		Saldo
	Valor	Var (%)	Valor	Var (%)	(A) - (B) US\$
2000	660.031.277	-	1.121.785.604	-	-461.754.327
2001	569.365.804	-13,7	1.344.553.804	19,9	-775.188.000
2002	548.483.212	-3,7	741.687.850	-44,8	-193.204.638
2003	828.675.599	51,1	885.840.447	19,4	-57.164.848
2004	1.317.611.713	59,0	1.135.020.323	28,1	182.591.390
2005	1.673.842.555	27,0	1.200.106.036	5,7	473.736.519
2006	1.499.973.913	-10,4	1.445.181.626	20,4	54.792.287
2007	1.715.331.663	14,4	2.208.181.816	52,8	-492.850.153
2008	2.222.817.564	29,6	3.167.865.112	43,5	-945.047.548
2009	1.099.671.584	-50,5	2.430.320.999	-23,3	-1.330.649.415
2010	1.505.034.873	36,9	3.734.293.702	53,7	-2.229.258.829
2011	1.772.242.026	17,8	4.706.190.467	26,0	-2.933.948.441
2012	1.698.599.127	-4,2	4.481.570.056	-4,8	-2.782.970.929
2013	1.684.043.530	-0,9	4.693.706.343	4,7	-3.009.662.813
2014	1.411.621.541	-16,2	3.773.069.734	-19,6	-2.361.448.193
2015	1.440.678.908	2,1	2.640.010.694	-30,0	-1.199.331.786

Nota (1): Extraído da base de dados no dia 15 de agosto de 2016.

Fonte: MDIC

Elaboração: DIEESE

Observando a pauta do comércio exterior nota-se que, em 2015, os bens intermediários respondiam pela maior parcela (54,8%) de exportações curitibanas, somando US\$ 789,8 milhões. Verifica-se ainda que, em relação ao ano anterior, as exportações de bens intermediários expandiram sua participação, já que respondiam por 48,4% do total das exportações. Na desagregação por categorias dos bens intermediários, percebe-se que os insumos industriais ganham destaque, representando 24,0% das exportações curitibanas em 2015. Ainda nas exportações, os bens de capital eram responsáveis por US\$ 588,9 milhões em 2015, o que equivalia a 40,9% do total, ainda que tenham registrado queda na participação em relação ao ano anterior, quando respondiam por 46,1% (Tabela 3). Em relação às importações, destaca-se a categoria dos bens de capital, que respondiam por mais de US\$ 1,1 bilhões, o que representava 43,4% das importações totais, registrando expansão em relação ao ano anterior de 2,4 p.p., quando atendia por 41,0% das importações. Em relação às subcategorias dos bens de capital, destacam-se os bens de capital (exceto equipamentos de transporte de uso industrial) por quase a totalidade

TABELA 3
Composição da pauta de exportações e importações segundo setores das contas nacionais
(US\$ FOB)
Curitiba, 2000 a 2015

Tipo de bens	Exportações				Importações			
	2014		2015		2014		2015	
	Valor	Part %						
Total da área	1.411.621.541	100,0	1.440.678.908	100,0	3.773.069.734	100,0	2.640.010.694	100,0
Bens de capital	651.442.795	46,1	588.988.806	40,9	1.547.144.020	41,0	1.145.059.573	43,4
Bens de capital (exc.equip.de trans. uso industr.)	387.280.849	27,4	317.345.884	22,0	1.539.516.079	40,8	1.136.727.351	43,1
Equipamentos de transporte de uso industrial	264.161.946	18,7	271.642.922	18,9	7.627.941	0,2	8.332.222	0,3
Bens de consumo	75.547.440	5,4	61.097.914	4,2	413.164.802	11,0	314.075.430	11,9
Bens de consumo não duráveis	47.259.257	3,3	36.557.979	2,5	259.760.371	6,9	203.537.712	7,7
Bens de consumo duráveis	28.288.183	2,0	24.539.935	1,7	153.404.431	4,1	110.537.718	4,2
Bens intermediários	683.671.421	48,4	789.864.994	54,8	1.807.386.227	47,9	1.135.923.975	43,0
Insumos industriais	288.637.051	20,4	346.175.685	24,0	1.024.124.317	27,1	768.305.383	29,1
Pecas e acessórios de equip. de transporte	344.882.567	24,4	281.487.308	19,5	737.828.892	19,6	338.186.530	12,8
Alimentos e bebidas destinados a industria	50.145.803	3,6	162.202.001	11,3	45.259.523	1,2	29.362.017	1,1
Bens diversos	6.000	-	0	-	173.495	--	70.045	--
Combustíveis e lubrificantes	100.118	-	46.377	-	5.374.685	0,1	44.951.716	1,7
Combustíveis e lubrificantes	100.118	-	46.377	-	5.374.685	0,1	44.951.716	1,7
Demais operações	859.767	0,1	680.817	0,0	-	-	-	-
Demais operações	859.767	0,1	680.817	0,0	-	-	-	-

Nota (1): Extraído da base de dados no dia 15 de agosto de 2016.

Fonte: MDIC

Elaboração: DIEESE

das importações da categoria (43,1%). Vale destacar ainda o caso dos bens intermediários, que representavam 43,0% das importações em 2015, e que registraram queda na participação, já que em 2014 representavam 47,9%.

1.4 Estabelecimentos

Adentrando à análise do mercado de trabalho formal, a Tabela 4 apresenta o número de estabelecimentos formais segundo tamanho, conforme número de vínculos ativos. Em 2014, Curitiba contava com 62.150 estabelecimentos formais de emprego com vínculos ativos, sendo que ao se comparar com 2004, verificou-se crescimento médio anual de 3,0%.

A maior parcela de estabelecimentos da capital diz respeito a pequenos estabelecimentos, de 1 a 4 vínculos, estrato que respondia por 54,0% do total de estabelecimentos em 2014. Em relação à série histórica, entretanto, este estrato vem reduzindo a sua participação no total, já que em 2004 representava 55,5%, resultado de uma variação média anual (2,7%) inferior à do total de estabelecimentos. O segundo lugar no ranking era ocupado pelos estabelecimentos que tinham entre 5 e 9 vínculos, faixa responsável por 17,4% dos estabelecimentos em 2014, ou 6.697 registros. Nesse caso, contudo, a participação expandiu de 17,0%, em 2004, para 17,4%, em 2014, representando um crescimento médio anual de 3,3%. Por fim, é importante citar os estabelecimentos que não tinham vínculos ativos, respondendo por 10,8% do total, em 2014, o que correspondia a 6.697.

Destaca-se ainda os estabelecimentos que contavam com 1000 ou mais vínculos, estrato que respondia por 0,2% dos estabelecimentos em 2014, mas que apresenta a maior variação média anual entre as categorias estudadas, ao variar de 6,2% ao ano em média, passando de 53 para 97 registros.

TABELA 4
Número absoluto e participação percentual de estabelecimentos formais
segundo tamanho (nº de vínculos) e variação média anual
Curitiba, 2004, 2009 e 2014

Tamanho do estabelecimento (nº de vínculos)	2004		2014		Variação média anual
	Nº absoluto	Part. %	Nº absoluto	Part. %	
0	5.342	11,5	6.697	10,8	2,3
1 a 4	25.692	55,5	33.567	54,0	2,7
5 a 9	7.864	17,0	10.833	17,4	3,3
10 a 19	4.014	8,7	5.933	9,5	4,0
20 a 49	2.153	4,7	3.288	5,3	4,3
50 a 99	588	1,3	926	1,5	4,6
100 a 249	378	0,8	528	0,8	3,4
250 a 499	142	0,3	188	0,3	2,8
500 a 999	64	0,1	93	0,1	3,8
1000 ou mais	53	0,1	97	0,2	6,2
Total	46.290	100,0	62.150	100,0	3,0

Fonte: MTb/RAIS
 Elaboração: DIEESE

A Tabela 5 traz os registros em função do setor de atividade econômica. O setor com maior participação de estabelecimentos é o de Serviços, representando 47,4% do total, o que significava 29.485 estabelecimentos formais. Em relação a série histórica, nota-se que este setor expandiu sua participação, já que em 2004 representava 46,8% do total, tendência motivada por um crescimento superior à média geral, de 3,1% a.a. Em segundo lugar no ranking figura os estabelecimentos associados ao Comércio, atendendo por 37,9% do total de estabelecimentos em 2014, somando 23.563 registros. Em relação à série histórica, entretanto, o setor observou queda na sua participação, visto que em 2004 correspondia por 40,2%. Finalmente, a Indústria de transformação, setor que representava 8,0% dos estabelecimentos da cidade em 2014, apresentou crescimento médio de 2,8% a.a no período analisado.

TABELA 5
Número absoluto e participação percentual de estabelecimentos formais
segundo setor de atividade econômica e variação média anual
Curitiba, 2004 e 2014

Setor de atividade econômica	2004		2014		Variação média anual
	Nº absoluto	Part. %	Nº absoluto	Part. %	
Extrativa mineral	25	0,1	25	0,0	0,0
Indústria de transformação	3.790	8,2	4.980	8,0	2,8
SIUP	46	0,1	106	0,2	8,7
Construção civil	1.762	3,8	3.609	5,8	7,4
Comércio	18.593	40,2	23.563	37,9	2,4
Serviços	21.672	46,8	29.485	47,4	3,1
Administração pública	100	0,2	104	0,2	0,4
Agricultura	302	0,7	278	0,4	-0,8
Total	46.290	100,0	62.150	100,0	3,0

Fonte: MTb/RAIS

Elaboração: DIEESE

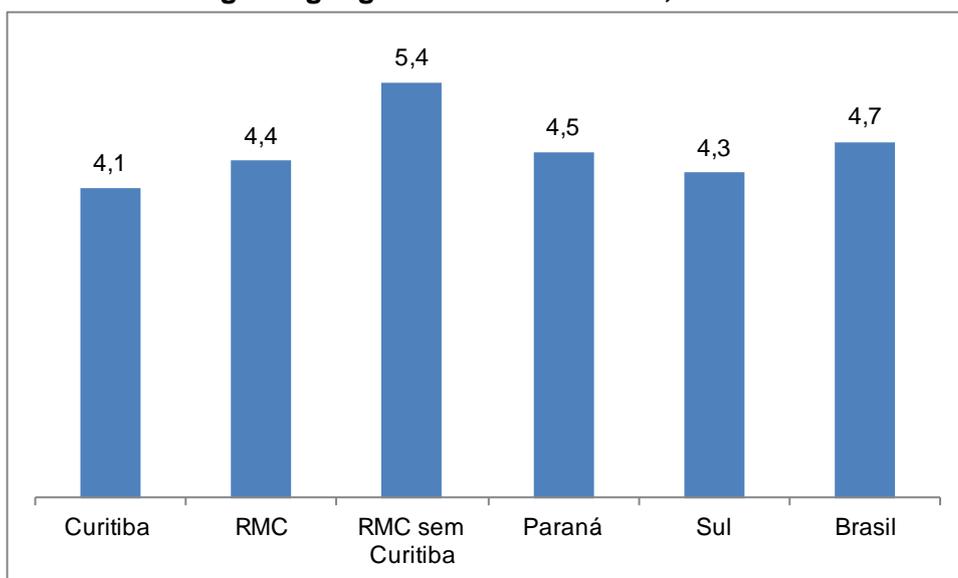
2. CARACTERÍSTICAS GERAIS DO MERCADO DE TRABALHO FORMAL EM CURITIBA

2.1. Evolução recente do emprego formal

Considerando a série decenal de 2004 a 2014, tem-se que a variação média anual do estoque de empregos curitibano foi de 4,1% a.a., porcentagem inferior à registrada para o Brasil (4,7%), Sul (4,3%) e Paraná (4,5%).

É interessante analisar também o fato de que o crescimento médio do estoque na Região Metropolitana de Curitiba (RMC) foi de 4,4%, valor superior ao da capital, tendência motivada pelo crescimento superior nos demais municípios da RMC, que registraram variação média de 5,4% a.a.

GRÁFICO 4
Taxa média de variação anual do estoque de empregos formais
Regiões geográficas selecionadas, 2004 a 2014

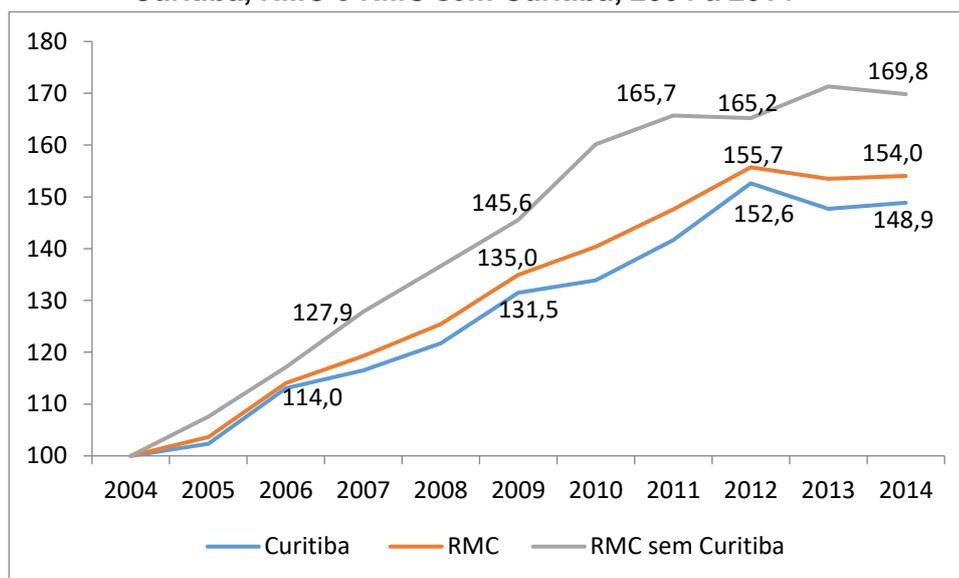


Fonte: MTb/RAIS
Elaboração: DIEESE

O Gráfico 5 permite comparar o crescimento destacado dos demais municípios da RMC em relação ao da capital. Em Curitiba, a trajetória do estoque de empregos apresentou tendência de crescimento até o ano de 2012, quando atingiu índice de 152,6 em relação ao ano de 2004 (2004 = 100), para depois passar a cair nos anos subsequentes, atingindo 148,9 em 2014. Já para o caso dos demais municípios da RMC, nota-se que a trajetória do estoque de empregos manteve-se em toda a série em nível superior ao da capital, com trajetória crescente até 2011, atingindo índice de 165,7. No ano de 2012,

entretanto, o índice associado ao estoque de empregos nos demais municípios da RMC registrou leve queda (165,2), para depois voltar a crescer até atingir o índice de 169,8, em 2014. Por estas condições analisadas, a trajetória do índice de estoque de empregos da RMC se manteve entre os demais municípios da RMC e da capital, registrando elevação até o ano de 2012, quanto atingiu 155,7, e estabilizando desde então.

GRÁFICO 5
Índice de crescimento do estoque de empregos formais (2004 = 100)
Curitiba, RMC e RMC sem Curitiba, 2004 a 2014



Fonte: MTb/RAIS
Elaboração: DIEESE

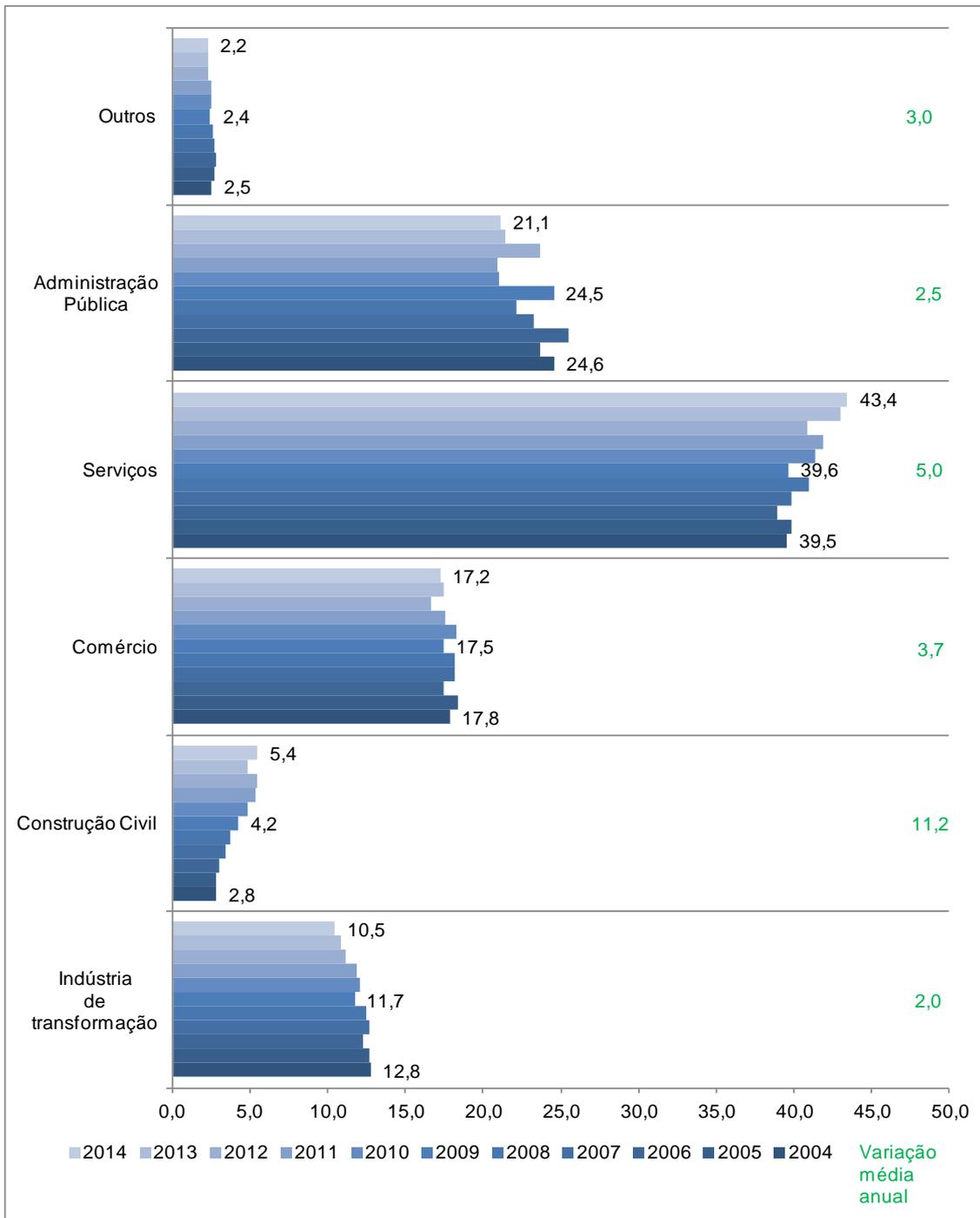
2.2. Caracterização por setor de atividade econômica

O setor com maior participação no estoque de empregos formais de Curitiba em 2014 era o de Serviços, atendendo por 43,4%. Nota-se, ainda, que sua participação se expandiu em relação à série histórica, já que em 2004 concentrava 39,5% do total (variação de 3,9 p.p.), tendência motivada por um crescimento médio anual (5,0%) superior ao crescimento do estoque total (4,1%). O segundo setor com maior destaque nos empregos formais é a Administração pública, responsável por 21,1% do estoque total em 2014²⁵. Neste caso, entretanto, a participação do setor reduziu, já que em 2004 atendia por 24,6%. O terceiro lugar no ranking é ocupado pelo Comércio, setor que perfazia 17,2% do estoque de empregos da capital, em 2014, e registrou estabilidade em relação a 2004 (quando englobava 17,8%).

A Construção civil é o setor que apresentou a maior variação média anual no município, ganhando participação no estoque de empregos, ao passar de 2,8% em 2004 para 5,2% em 2014, uma variação de 2,4 p.p..

²⁵ Importante citar que o peso deste setor no estoque de empregos curitibano pode ser explicado pela capital abrigar a sede administrativa de diversos órgãos públicos estaduais. Isto significa que, embora estes vínculos estejam registrados na capital, não significa que os trabalhadores a que se remetem estão lotados neste local. Para mais informações a respeito, consultar o estudo temático *Perfil dos bairros agregados de Curitiba*, organizado pelo observatório do trabalho,

GRÁFICO 6
Participação no estoque de empregos formais segundo setores de atividade econômica e variação média anual
Curitiba, 2004 a 2014



Fonte: MTb/RAIS
 Elaboração: DIEESE

2.2. Atributos pessoais

Em 2014, nota-se que a maior parcela dos vínculos de emprego formal de Curitiba era masculina, concentrando 51,2%. Destaca-se que, embora as mulheres representassem participação inferior nos vínculos de emprego formal (48,8%, em 2014), sua variação média anual (4,9%) é superior à masculina (3,3%), o que fez com que sua participação no estoque de empregos da capital se expandisse na última década, de 45,1% para 48,8% (3,7 p.p.).

Em relação à distribuição dos vínculos em função da faixa etária registrada, a maior parcela, em 2014, diz respeito a faixa de 30 a 39 anos, responsável por 29,0% de todos os vínculos. Em relação à série histórica, este estrato observou variação média anual de 3,6%, proporção inferior ao total de vínculos. A segunda faixa etária em termos de concentração de empregos é a de 40 a 49 vínculos, responsável por 23,1% do estoque de empregos formais, no mesmo ano, sendo que perdeu participação ao se comparar com o início da série analisada. Por fim, vale citar a faixa de vínculos referentes a trabalhadores com 50 a 64 anos de idade, responsável por 17,3% do total em 2014, e com crescimento médio anual superior ao total de vínculos de 8,6% a.a. Por outro lado, faixas etárias relativas a trabalhadores mais jovens, de 18 a 24 anos e 25 a 29 anos, apresentaram variação média anual inferior à média total, de 2,1% e 2,7% a.a, respectivamente.

TABELA 6
Número absoluto e participação percentual de vínculos de emprego formal
segundo atributos pessoais e variação média anual
Curitiba, 2004, 2009 e 2014

Atributos pessoais	2004		2014		Variação média anual
	Nº absoluto	Part. %	Nº absoluto	Part. %	
Masculino	347.695	54,9	483.151	51,2	3,3
Feminino	286.174	45,1	460.516	48,8	4,9
até 17	6.375	1,0	12.396	1,3	6,9
18 a 24	107.900	17,0	132.345	14,0	2,1
25 a 29	102.730	16,2	134.254	14,2	2,7
30 a 39	191.616	30,2	273.201	29,0	3,6
40 a 49	150.362	23,7	217.917	23,1	3,8
50 a 64	71.283	11,2	162.857	17,3	8,6
65 ou mais	3.560	0,6	10.696	1,1	11,6
{ñ class}	5	0,0	1	0,0	-14,9
Total	633.869	100,0	943.667	100,0	4,1

Fonte: MTb/RAIS
 Elaboração: DIEESE

Considerando a escolaridade, nota-se que o estrato com maior participação nos vínculos de emprego diz respeito a trabalhadores com o ensino médio completo, responsável por 45,2% do total, e crescimento médio (5,3% a.a) superior à média total. O segundo colocado no ranking, relativo a trabalhadores com superior completo, atendia por 28,1% do estoque de empregos formais da capital paranaense, registrando crescimento médio (4,6% a.a) superior ao total. No caso dos trabalhadores com fundamental completo, responsáveis por 8,3% dos vínculos de emprego, nota-se variação média anual negativa (-1,3% a.a). Importante mencionar que, todas as faixas de escolaridade inferiores a fundamental completo apresentaram variações médias anuais negativas, com exceção daqueles que tinham até a 5ª. série do fundamental incompleta (2,6% a.a.). Portanto, verifica-se incremento da escolarização dos empregados com trabalho formal em Curitiba, ao passo que cresceu a participação das escolaridades mais elevadas.

TABELA 7
Estoque de empregos formais segundo escolaridade e variação média anual
Curitiba, 2006 e 2014

Escolaridade	2006 (1)		2014		Variação média anual
	Nº absoluto	Part. %	Nº absoluto	Part. %	
Analfabeto	1.139	0,2	800	0,1	-4,3
Até 5ª Incompleto	11.260	1,6	13.850	1,5	2,6
5ª Completo Fundamental	23.674	3,3	16.757	1,8	-4,2
6ª a 9ª Fundamental	40.630	5,7	35.300	3,7	-1,7
Fundamental Completo	86.915	12,1	78.462	8,3	-1,3
Médio Incompleto	54.967	7,7	60.411	6,4	1,2
Médio Completo	281.106	39,2	426.228	45,2	5,3
Superior Incompleto	29.871	4,2	37.678	4,0	2,9
Superior Completo	185.176	25,8	265.502	28,1	4,6
Mestrado	1.288	0,2	6.686	0,7	22,9
Doutorado	493	0,1	1.993	0,2	19,1
Total	716.519	100,0	943.667	100,0	3,5

Nota (1): Nesta tabela considera-se o ano de 2006 para início da série pois a variável escolaridade só está disponível para consulta no período superior a 2005.

Fonte: MTb/RAIS

Elaboração: DIEESE

2.2. Perfil dos vínculos e movimentação no mercado de trabalho

Em 2014, a maioria dos vínculos ativos foi admitido em caráter de reemprego, representando 84,5% do total. Em relação à série histórica, nota que a categoria viu sua participação expandir, já que sua variação média anual (5,6% a.a.) foi superior ao total dos vínculos ativos (4,5% a.a.). O segundo lugar no ranking é ocupado pelo primeiro

emprego, categoria que respondia por 8,3% dos vínculos ativos, mas nesse caso, observando variação média anual negativa (-1,9% a.a). Por fim, figura a categoria de transferência sem ônus, responsável por 6,5% dos vínculos ativos em 2014.

Em relação aos vínculos rompidos no ano, destacam-se as demissões sem justa causa, motivadas pelo empregador, que atendiam por 37,5% dos vínculos rompidos em 2014. Em relação à série histórica, nota-se que esta categoria perdeu participação no total, uma vez que a variação média anual (5,9% a.a.) foi inferior ao total de vínculos desligados no ano (8,2%). A segunda categoria no ranking é relativa ao desligamento sem justa causa, motivado pelo empregado, que correspondia por 29,9% dos vínculos rompidos no ano. Em relação à série histórica, nota-se que esta categoria ganhou participação no total de vínculos desligados no ano, pois teve variação média anual (11,9%) superior à verificada para o total de vínculos desligados no ano. A diminuição da participação das demissões sem justa causa, aliada ao crescimento dos desligamentos a pedido do trabalhador revelam que, no período estudado, o mercado de trabalho formal da capital paranaense esteve aquecido, já que o trabalhador opta por se desligar do vínculo na expectativa de se realocar em outro posto que ofereça melhores condições de trabalho. Entretanto, como destacado na introdução, é preciso ressaltar que o monitoramento recente do mercado de trabalho dá indícios de arrefecimento deste aquecimento, aspectos que não são analisados no presente documento.

TABELA 8
Número absoluto, participação percentual e variação média anual de vínculos ativos segundo tipo de admissão e desligados no ano segundo tipo de desligamento
Curitiba, 2004 e 2014

Tipo de movimentação	2004		2014		Variação média anual
	Nº absoluto	Part. %	Nº absoluto	Part. %	
Reemprego	145.912	76,6	251.098	84,5	5,6
Primeiro emprego	29.875	15,7	24.621	8,3	-1,9
Transferência sem ônus	13.724	7,2	19.363	6,5	3,5
Outros	84	0,0	1.105	0,4	29,4
Transferência com ônus	1.014	0,5	1.046	0,4	0,3
Total	190.609	100,0	297.233	100,0	4,5
Demissão sem justa causa	120.479	46,6	213.277	37,5	5,9
Desligamento sem justa causa	55.533	21,5	170.488	29,9	11,9
Término contrato	61.014	23,6	135.330	23,8	8,3
Transferência sem ônus	14.070	5,4	35.083	6,2	9,6
Demissão com justa causa	2.650	1,0	8.622	1,5	12,5
Outros	4.854	1,9	6.501	1,1	7,1
Total	258.600	100,0	569.301	100,0	8,2

Fonte: MTb/RAIS
 Elaboração: DIEESE

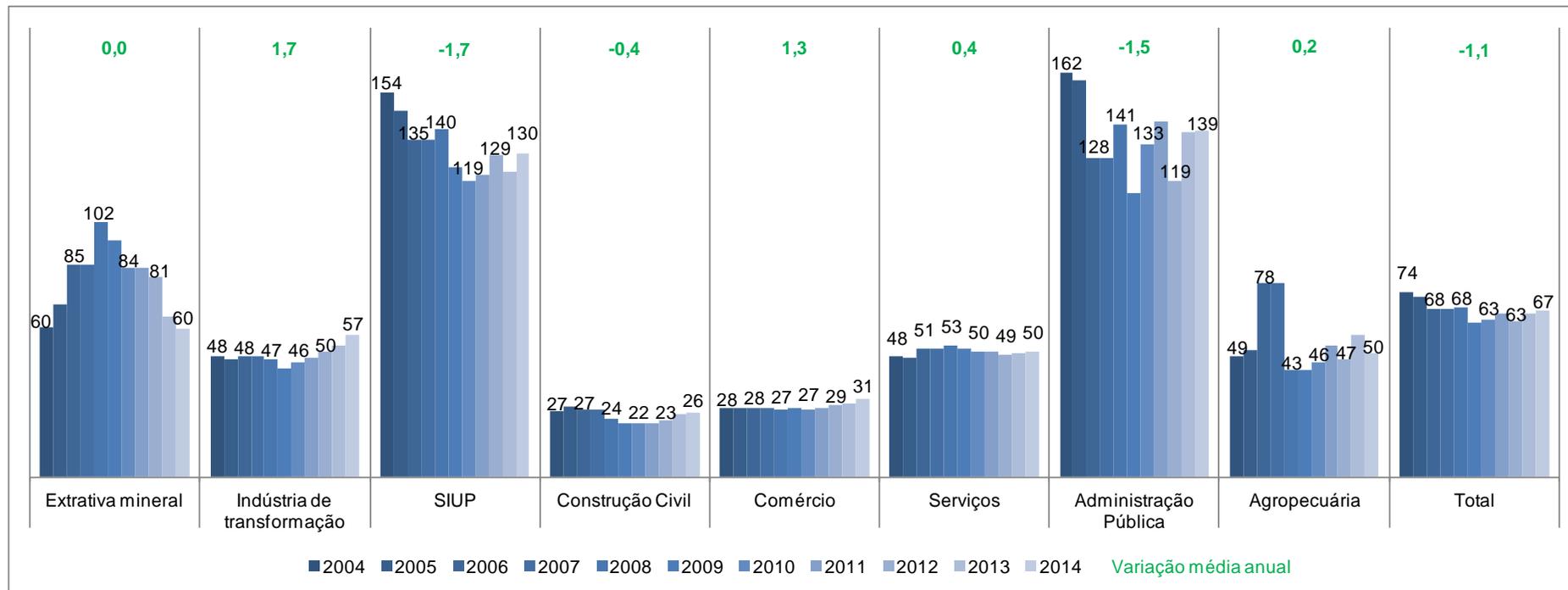
O gráfico na sequência traz o tempo médio de permanência (em meses) para os vínculos ativos de emprego. Em relação ao total, nota-se que em 2014, os vínculos ativos na capital paranaense tinham, em média, 67 meses de admissão. Também é possível observar que, entre 2004 e 2014, o tempo médio de permanência no emprego decresceu, em média, -1,1% ao ano.

Em 2014, o setor da Administração pública era responsável pelo maior tempo médio de permanência no emprego entre os vínculos ativos, com 139 meses. Em relação à série histórica, entretanto, este setor observou o tempo médio de permanência decrescer, em média -1,5 meses ao ano. Importante destacar que este setor é marcado por vínculos de natureza estatutária, que contam com estabilidade de emprego, o que afeta sensivelmente o tempo de permanência.

O segundo setor com maior tempo de permanência no emprego eram os Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP), com média de 130 meses em 2014. Em relação a série histórica, nota-se que este setor observou queda no tempo médio de permanência, já que em 2004 era de 154 meses, o que representa uma variação média anual de -1,7% ao ano. O terceiro setor com maior tempo de permanência, em 2014, era a Extrativa mineral, com média de 60 meses.

Importante mencionar o caso do setor de Serviços, que como foi apontado anteriormente, engloba parcela significativa do estoque de empregos da capital paranaense. Este setor inicia a série com tempo médio de permanência de 48 meses, se elevando até 2008 – quando atingiu 53 meses – decrescendo nos anos consecutivos até atingir 50 meses em 2014, o que representa uma variação média de 0,4% ao ano. A Construção civil também merece destaque, neste caso, por apresentar o menor tempo de permanência entre os setores de atividade econômica, de 26 meses em 2014

GRÁFICO 8
Tempo médio (meses) de permanência no emprego segundo grande setor de atividade econômica e variação média anual
Curitiba, 2004 a 2014



Fonte: MTb/RAIS
 Elaboração: DIEESE

2.3. Remuneração

Os próximos indicadores revelam a remuneração média dos vínculos de emprego formal, deflacionados com valores para dezembro de 2014. No Brasil, a remuneração média em 2014 era de R\$ 2.352, valor que observou crescimento médio anual de 2,7% a.a. A região Sul seguiu a tendência nacional, e registrou crescimento médio de 2,8% a.a na remuneração média, atingindo R\$ 2.232 em 2014. Já no caso do estado do Paraná, a trajetória da remuneração média parte de R\$ 1.607 e recua para R\$ 1.382 em 2014, o que representa uma variação média de -1,5% a.a.

Observando a região de Curitiba, nota-se que a remuneração média registrada na capital (R\$ 3.049) era superior à registrada para RMC (R\$ 2.821), em patamares mais elevados aos valores registrados para o estado, a região e o Brasil. A variação média registrada para as duas regiões foi a mesma, de 2,8% a.a.

TABELA 9
Remuneração média¹ e variação média anual
Curitiba, 2004 e 2014

Região geográfica	2004	2014	Variação média anual
Curitiba	2.305	3.049	2,8
RMC	2.135	2.821	2,8
Paraná	1.607	1.382	-1,5
Sul	1.687	2.232	2,8
Brasil	1.808	2.352	2,7

Nota (1): Valores deflacionados utilizando o INPC-IBGE
Fonte: MTb/RAIS
Elaboração: DIEESE

Prosseguindo com a análise da remuneração média a partir dos setores de atividade econômica, os Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP) se destacavam, em 2014, por apresentar a maior remuneração média entre os setores de atividade econômica, atingindo R\$ 4.891. Ressalva-se que, embora este setor registre a maior remuneração média em 2014, na série histórica registrou variação média negativa, de -1,5% a.a. e que correspondia a um pequeno percentual (2,1% em 2014) dos vínculos de emprego formal. O segundo lugar no ranking é ocupado pela Administração pública, setor que registrava remuneração média de R\$ 4.958 em 2014, e nesse caso registrando variação média anual (3,9%) superior à média geral (2,8%). Em terceiro lugar no

ranking, consta a Indústria de transformação, com remuneração média de R\$ 3.071 em 2014.

É interessante mencionar o caso dos Serviços, pois como adiantado anteriormente, este setor representa parcela importante dos vínculos de emprego da capital. Em 2004 os Serviços registraram remuneração média de R\$ 1.867, e em 2014, atingiram R\$ 2.588, o que representa uma variação média anual de 3,3%, ou seja, patamar superior à média total dos vínculos (2,8% a.a.).

TABELA 10
Remuneração média segundo setores de atividade econômica.
Curitiba, 2004 e 2014

Setor de atividade econômica	2004	2014	Varição média anual
Extrativa mineral	1.923	2.091	0,8
Indústria de transformação	2.511	3.071	2,0
SIUP	5.773	4.981	-1,5
Construção Civil	1.475	2.192	4,0
Comércio	1.339	1.903	3,6
Serviços	1.867	2.588	3,3
Administração Pública	3.395	4.958	3,9
Agricultura	1.433	2.008	3,4
Total	2.305	3.049	2,8

Nota (1): Valores deflacionados utilizando o INPC-IBGE

Fonte: MTb/RAIS

Elaboração: DIEESE

3. SUBSÍDIOS PARA A IDENTIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL EM CURITIBA

3.1. Famílias ocupacionais com maior participação no estoque de empregos

Iniciando pelos grandes grupos ocupacionais, nota-se que, em 2014, os *Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados* respondiam pela maior participação no estoque, de 24,1%, correspondendo a 227 mil vínculos. O segundo lugar no ranking era ocupado pelos *Trabalhadores de serviços administrativos*, grupo que perfazia 20,4% do estoque (192 mil vínculos) seguido pelos *Profissionais das ciências e das artes*, com 18,4% do total, ou 173 mil vínculos.

Em relação ao crescimento médio na década estudada, nota-se que os *Técnicos de nível médio* alçaram protagonismo, registrando variação média anual de 6,2%. Também é importante destacar o caso dos *Profissionais das ciências e das artes*, com 5,0%. Por outro lado, os *Trabalhadores nos serviços de reparação e manutenção* registraram variação média anual negativa, de -5,9% a.a.

TABELA 11
Estoque de empregos formais, participação percentual e variação média anual segundo grandes grupos ocupacionais
Curitiba, 2004 e 2014

	2004		2014		Variação média anual
	Nº absoluto	Part. %	Nº absoluto	Part. %	
Grandes grupos ocupacionais					
Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	145.049	23,8	227.233	24,7	4,6
Trabalhadores de serviços administrativos	131.090	21,5	192.475	20,9	3,9
Profissionais das ciências e das artes	106.524	17,4	173.654	18,9	5,0
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	96.513	15,8	135.556	14,7	3,5
Técnicos de nível médio	64.367	10,5	117.708	12,8	6,2
Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público	23.017	3,8	37.203	4,0	4,9
Trabalhadores da produção de bens e serviços indust.	14.145	2,3	19.006	2,1	3,0
Trabalhadores em serviços de reparação e manutenção	28.019	4,6	15.176	1,6	-5,9
Trabalhadores agropecuários, florestais e da pesca	1.944	0,3	2.655	0,3	3,2
Total	610.668	100,0	920.666	100,0	4,2

Nota (1): Não inclui vínculos não classificados, que somavam 23.201 registros, em 2004, e 23.001, em 2014.

Fonte: MTb/RAIS

Elaboração: DIEESE

Em primeiro lugar no ranking figuram os *Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administrativos*, família ocupacional que está majoritariamente associada ao setor de Serviços (com 69,9% do estoque, Anexo 3). Em 2014, essa família respondia por 10,3% dos empregos formais, ainda que tenha observado queda na participação em relação a 2004 (quando registrava 11,5%). Em segundo lugar no ranking, figuram os *Vendedores e demonstrados em lojas e mercados*, família ocupacional com destaque no comércio (77,0% do estoque da família). Em relação à série histórica, nota-se que expandiu sua participação (registrava 5,8% do estoque em 2004), com variação média anual de 4,6% a.a. O terceiro lugar no ranking é ocupado pelos *Trabalhadores nos serviços de manutenção de edificações*, com 4,1% do estoque total, em 2014. Entretanto, esta família não existia no ano de 2004, sendo introduzida no ano de 2008.

Ranking		Família ocupacional	2004		2014		Variação média anual
2004	2014		Nº absoluto	Part. %	Nº absoluto	Part. %	
1º	1º	Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administrativos	72.828	11,5	97.067	10,3	2,9
2º	2º	Vendedores e demonstrados em lojas ou mercados	36.800	5,8	57.442	6,1	4,6
3º	3º	Trabalhadores nos serviços de manutenção de edificações	[2]	[2]	38.561	4,1	[2]
5º	4º	Vigilantes e guardas de segurança	14.254	2,2	23.638	2,5	5,2
143º	5º	Inspetores de alunos e afins	595	0,1	20.298	2,2	42,3
7º	6º	Porteiros, guardas e vóguas	13.181	2,1	17.006	1,8	2,6
3º	7º	Trabalhadores nos serviços de manutenção e conservação de ed. e log	31.599	5,0	16.504	1,7	-6,3
6º	8º	Alimentadores de linhas de produção	13.703	2,2	16.291	1,7	1,7
8º	9º	Garçons, barmen, copeiros e sommeliers	13.133	2,1	15.922	1,7	1,9
9º	10º	Técnicos e auxiliares de enfermagem	10.565	1,7	15.611	1,7	4,0
10º	11º	Caixas e bilheteiros (exceto caixa de banco)	9.268	1,5	15.555	1,6	5,3
12º	12º	Cozinheiros	8.648	1,4	13.132	1,4	4,3
15º	13º	Operadores de telemarketing	6.759	1,1	12.926	1,4	6,7
20º	14º	Trabalhadores nos serviços de administração de edifícios	5.990	0,9	12.449	1,3	7,6
11º	15º	Receptionistas	8.939	1,4	12.305	1,3	3,2
19º	16º	Ajudantes de obras civis	6.042	1,0	11.501	1,2	6,6
14º	17º	Motoristas de veículos de cargas em geral	6.763	1,1	11.406	1,2	5,4
18º	18º	Almoxarifes e armazenistas	6.188	1,0	11.297	1,2	6,2
22º	19º	Técnicos de vendas especializadas	5.518	0,9	10.127	1,1	6,3
13º	20º	Motoristas de veículos de pequeno e médio porte	7.427	1,2	9.887	1,0	2,9
Subtotal			278.200	43,9	438.925	46,5	4,7
Demais famílias ocupacionais			355.669	56,1	504.742	53,5	3,6
Total			633.869	100,0	943.667	100,0	4,1

Nota (1): Não constam nessa tabela as seguintes ocupações: Professores do ensino médio, Professores de nível superior do ensino fundamental (1ª. a 4ª. séries) e Programadores, avaliadores e orientadores de ensino, ocupações que dependem de nível superior para exercício das atividades, e também, os registros não classificados.

Nota (2): Esta família ocupacional não existia em 2004.

Fonte: MTb/RAIS

Elaboração: DIEESE

Avançando para a remuneração média nas 20 famílias ocupacionais com maior participação no estoque, nota-se que estas apresentavam, em 2014, remuneração média de R\$ 1.893, valor inferior ao registrado para o total dos vínculos da capital (R\$ 3.049).

Mesmo assim, é interessante notar que a variação média anual nestas famílias ocupacionais (2,7% a.a.) foi similar ao total de vínculos (2,8% a.a).

Adentrando às famílias ocupacionais, destacam-se os *Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administrativos*, com R\$ 2.895 em 2014, com variação média de 3,4% a.a e os *Técnicos de vendas especializadas*, com R\$ 2.487 e variação média anual de -3,0% a.a. A esta família, se seguem os *Técnicos e auxiliares de enfermagem*, com R\$ 2.437, em 2014, e variação média anual de 6,0% a.a na série histórica.

TABELAS 13
Remuneração média (em R\$ de 2014) das 20 famílias ocupacionais¹ com maior participação¹ no estoque de empregos formais em 2014 e variação média anual Curitiba, 2004 e 2014

Ranking		Família ocupacional	2004	2014	Variação média anual
2004	2014				
2º	1º	Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administrativos	2.079	2.895	3,4
1º	2º	Técnicos de vendas especializadas	3.366	2.487	-3,0
6º	3º	Técnicos e auxiliares de enfermagem	1.533	2.437	4,7
11º	4º	Inspetores de alunos e afins	1.063	2.265	7,9
3º	5º	Vigilantes e guardas de segurança	1.850	2.103	1,3
4º	6º	Motoristas de veículos de pequeno e médio porte	1.583	2.002	2,4
5º	7º	Motoristas de veículos de cargas em geral	1.565	1.958	2,3
7º	8º	Vendedores e demonstradores em lojas ou mercados	1.317	1.766	3,0
8º	9º	Porteiros, guardas e vigias	1.267	1.617	2,5
9º	10º	Almoxarifes e armazenistas	1.254	1.600	2,5
12º	11º	Alimentadores de linhas de produção	1.057	1.411	2,9
18º	12º	Trabalhadores nos serviços de manutenção e conservação de edifícios e log.	801	1.410	5,8
14º	13º	Receptionistas	913	1.295	3,6
10º	14º	Operadores de telemarketing	1.184	1.279	0,8
16º	15º	Caixas e bilheteiros (exceto caixa de banco)	849	1.267	4,1
15º	16º	Cozinheiros	863	1.236	3,7
17º	17º	Ajudantes de obras civis	848	1.193	3,5
13º	18º	Trabalhadores nos serviços de administração de edifícios	940	1.176	2,3
11º	19º	Trabalhadores nos serviços de manutenção de edificações	[3]	1.084	[3]
19º	20º	Garçons, barmen, copeiros e sommiers	771	1.077	3,4
Total			1.445	1.893	2,7

Nota (1): Não constam nessa tabela as seguintes ocupações: Professores do ensino médio, Professores de nível superior do ensino fundamental (1ª. a 4ª. séries) e Programadores, avaliadores e orientadores de ensino, ocupações que dependem de nível superior para exercício das atividades, e também, os registros não classificados.

Nota (2): Valores deflacionados para dezembro de 2014, com base no INPC/IBGE

Nota (3): Esta família não existia em 2004.

Fonte: MTb/RAIS

Elaboração: DIEESE

Os indicadores apresentados a seguir, trazem os atributos de escolaridade associados às famílias ocupacionais com destaque na participação do estoque de empregos formais. Das famílias com maior proporção de trabalhadores com escolaridade compatível com a indicada pelo manual da CBO, destacam-se os *Técnicos e auxiliares de informática*,

Receptionistas e Operadores de telemarketing, que apresentavam, respectivamente, em 2014, 86,2%, 74,7% e 71,3% dos vínculos com escolaridade compatível à indicada pela CBO. Vale apontar ainda que as três ocupações citadas exigem escolaridade formal de 11 anos e ensino profissionalizante ou técnico. Em relação às famílias ocupacionais com sobre-escolarização, ou seja, aquelas com a maior proporção de vínculos com escolaridade superior à indicada pela CBO, destacam-se os *Técnicos de vendas especializadas*, *Alimentadores de linhas de produção*, e *Motoristas de veículos de pequeno e médio porte*, com 96,0%, 91,9% e 86,7% dos vínculos – respectivamente – com escolaridade superior à registrada para a ocupação. No primeiro caso, a CBO indica de 11 anos de escolaridade formal, no segundo caso de 1 a 7 anos e no último caso, 8 anos de ensino formal. Em todos os casos, indica-se curso profissionalizante ou técnico.

TABELA 14
Indicadores de escolaridade das 20 famílias ocupacionais¹ com maior participação no estoque de empregos formais em 2014
Curitiba, 2014

Família ocupacionais	Requerimento CBO		Escolaridade CBO			Total (%)
	Escolaridade formal (anos)	Ensino profissionalizante ou técnico	Subescolarizados	Compatíveis	Sobre-escolarizados	
Motoristas de veículos de pequeno e médio porte	8	Sim	7,5	5,8	86,7	100,0
Técnicos em vendas especializados	11	Sim	2,0	2,5	95,5	100,0
Técnicos e auxiliares de enfermagem	11	Sim	4,1	86,2	9,8	100,0
Inspetores de alunos e afins	-	-	-	-	-	0,0
Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares adm.	11	Sim	13,3	48,6	38,1	100,0
Almoxarifes e armazenistas	11	Sim	28,1	64,7	7,2	100,0
Caixas e bilheteiros (exceto caixa de banco)	-	-	-	-	-	0,0
Recepcionistas	11	Sim	13,4	74,7	12,0	100,0
Operadores de telemarketing	11	Sim	9,2	71,3	19,5	100,0
Cozinheiros	8	Sim	17,6	18,3	64,1	100,0
Garçons, barmen, copeiros e sommeliers	-	-	-	-	-	0,0
Trabalhadores nos serviços de administração de edifícios	8	Não	27,8	24,4	47,8	100,0
Trabalhadores nos serviços de manutenção e conservação de ed. e log.	-	-	-	-	-	0,0
Trabalhadores nos serviços de manutenção de edificações	8	Não	27,2	20,7	52,1	100,0
Vigilantes e guardas de segurança	11	Sim	28,5	68,1	3,4	100,0
Porteiros, guardas e vigias	8	Não	16,9	23,7	59,3	100,0
Vendedores e demonstradores em lojas ou mercados	-	-	-	-	-	0,0
Ajudantes de obras civis	1 a 7	Sim	1,4	33,9	64,7	100,0
Motoristas de veículos de cargas em geral	8	Sim	15,5	21,6	62,9	100,0
Alimentadores de linhas de produção	1 a 7	Sim	0,3	7,7	91,9	100,0

Nota (1): Ver no Glossário – Famílias ocupacionais, as especificações dos cursos técnicos ou profissionalizantes indicados para as famílias ocupacionais listadas.

Nota (2): Não constam nessa tabela as seguintes ocupações: Professores do ensino médio, Professores de nível superior do ensino fundamental (1ª. a 4ª. séries) e Programadores, avaliadores e orientadores de ensino, ocupações que dependem de nível superior para exercício das atividades, e também, os registros não classificados.

Fonte: MTb/RAIS

Elaboração: DIEESE

No tocante as famílias ocupacionais com maior índice de subescolarização, ou seja, aquelas famílias ocupacionais com maior proporção de vínculos com escolaridade inferior à indicada pela CBO e que poderiam ser foco de ações de qualificação, destacam-se os *Vigilantes e guardas de segurança*, os *Almoxarifes e armazenistas* e os *Trabalhadores nos serviços de administração de edifícios*, que apresentam 28,5%, 28,1% e 27,8% dos seus vínculos com escolaridade inferior à indicada pelo manual da CBO. Os *Trabalhadores nos serviços de manutenção de edificações* registravam, em 2014, 27,2% dos vínculos com subescolarização. No primeiro caso e no segundo caso, a ocupação demanda 11 anos de ensino formal, enquanto nos demais casos indica-se apenas 8 anos. Apenas entre os *Vigilantes e guardas de segurança* e *Almoxarifes e armazenistas* indica-se curso de qualificação profissional.

Por fim, investiga-se o tempo de permanência para os vínculos ativos e para os que foram desligados ao longo do ano, com enfoque nas últimas famílias ocupacionais citadas, com maior subescolarização. Os *Vigilantes e guardas de segurança* registravam, em 2014, tempo médio de 50,6 meses, para vínculos ativos, o que representava -16,7 meses em relação ao tempo médio de permanência do estoque total (66,8 meses). Já em relação aos vínculos desligados no ano da mesma família ocupacional, também registravam tempo médio de permanência de 50,6 meses, mas neste caso, representava 33,3 meses a mais do que a média geral dos vínculos. No caso dos *Almoxarifes e armazenistas*, o tempo médio de permanência dos vínculos ativos foi de 33,0 meses (-33,8 meses em relação ao total) e 12,9 meses para os vínculos desligados no ano (-4,4 meses em relação ao total). Por fim, vale citar o caso dos *Trabalhadores nos serviços de administração de edifícios*, o tempo médio de permanência dos ativos era de 48,8 meses (-18,0 meses em relação ao total) e para os rompidos no ano, 14,6 meses (-2,7 meses em relação ao total de vínculos).

TABELA 15
Tempo de permanência para vínculos ativos e desligados no ano e diferença em relação ao estoque total segundo famílias ocupacionais com maior participação no estoque de empregos Curitiba, 2014

Família ocupacional	Ativos		Desligados no ano	
	Tempo de permanência	Diferença em relação ao total	Tempo de permanência	Diferença em relação ao total
Técnicos e auxiliares de enfermagem	88,8	22,0	28,1	10,8
Inspetores de alunos e afins	98,6	31,8	44,5	27,2
Técnicos de vendas especializadas	29,5	-37,3	12,7	-4,6
Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administrativos	69,4	2,6	20,2	2,9
Almoxarifes e armazenistas	33,0	-33,8	12,4	-4,9
Caixas e bilheteiros (exceto caixa de banco)	20,0	-46,8	8,0	-9,3
Recepcionistas	30,5	-36,3	12,7	-4,6
Operadores de telemarketing	20,4	-46,4	10,2	-7,1
Cozinheiros	37,0	-29,8	12,6	-4,7
Garçons, barmen, copeiros e sommeliers	24,5	-42,3	8,0	-9,3
Trabalhadores nos serviços de administração de edifícios	48,8	-18,0	14,6	-2,7
Trabalhadores nos serviços de manutenção e conservação de edifícios e log.	72,8	6,0	17,2	-0,1
Trabalhadores nos serviços de manutenção de edificações	43,6	-23,2	12,9	-4,4
Vigilantes e guardas de segurança	50,6	-16,2	50,6	33,3
Porteiros, guardas e vigias	49,7	-17,1	16,8	-0,5
Vendedores e demonstradores em lojas ou mercados	25,8	-41,0	10,0	-7,3
Ajudantes de obras civis	17,2	-49,6	6,7	-10,6
Motoristas de veículos de pequeno e médio porte	74,0	7,2	23,1	5,8
Motoristas de veículos de cargas em geral	33,1	-33,7	15,4	-1,9
Alimentadores de linhas de produção	27,0	-39,8	8,1	-9,2
Total	48,7	-18,1	14,2	-3,1

Fonte: MTb/RAIS
 Elaboração: DIEESE

3.2. Famílias ocupacionais segundo setores de atividade econômica

Nesta seção, o estudo deverá investigar as famílias ocupacionais com destaque nos principais setores de atividade econômica da capital paranaense²⁶. Para gerar estes indicadores, foram selecionadas as 10 famílias ocupacionais com maior participação nos setores de atividade econômica, e na sequência, analisado o tempo de permanência no emprego e os indicadores de escolaridade para estas famílias. Ressalta-se que, quando a família já tiver seus indicadores de escolaridade analisada nas tabelas anteriores, ela não constará na relação daquele setor em especial.

3.2.1 Famílias ocupacionais nos Serviços

No setor de Serviços, destacam-se os *Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administrativos*, família ocupacional que atendia a 11,1% do estoque de empregos do setor em 2014, com variação média anual de 3,7%. O segundo colocado no ranking são os *Trabalhadores nos serviços de manutenção de edificações*, família que atende por 6,0%, e como mencionado anteriormente, não havia sido criada em 2004. Por fim, vale citar o caso dos *Vigilantes e guardas de segurança*, com 5,2% do estoque de empregos dos serviços.

TABELA 16
Estoque de empregos formais, participação percentual e variação média anual das 10 famílias ocupacionais com maior o estoque de empregos dos Serviços em 2014
Curitiba, 2004 e 2014

Família ocupacional	2004		2014		Variação média anual
	Nº absoluto	Part. %	Nº absoluto	Part. %	
Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administrativos	31.662	12,6	45.459	11,1	3,7
Trabalhadores nos serviços de manutenção de edificações	[1]	[1]	24.453	6,0	[1]
Vigilantes e guardas de segurança	11.014	4,4	21.173	5,2	6,8
Porteiros, guardas e vigias	11.681	4,7	14.993	3,7	2,5
Técnicos e auxiliares de enfermagem	11.203	4,5	12.565	3,1	1,2
Garçons, barmen, copeiros e sommeliers	8.812	3,5	12.544	3,1	3,6
Vendedores e demonstradores em lojas ou mercados	3.746	1,5	11.113	2,7	11,5
Trabalhadores nos serviços de manutenção e conservação de edifícios e log.	23.480	9,4	10.765	2,6	-7,5
Operadores de telemarketing	5.447	2,2	10.652	2,6	6,9
Receptionistas	6.954	2,8	10.367	2,5	4,1
Subtotal das 10 maiores famílias do setor	109.924	43,9	174.084	42,5	4,7
Subtotal das demais famílias do setor	140.674	56,1	235.853	57,5	5,3
Total das famílias do setor	250.598	100,0	409.937	100,0	5,0

Nota [1]: Esta família ocupacional não existia em 2004.

Fonte: MTb/RAIS

Elaboração: DIEESE

²⁶ Não serão analisadas nesta seção as famílias associadas à Administração pública, que ainda que representem significativa participação no estoque de empregos de Curitiba, dependem, em grande parte, de formação de nível superior. Já para o caso dos setores de Extrativa mineral, SIUP e Agropecuária, a exclusão se dá pela baixa participação no estoque de empregos.

Avançando para o tempo de permanência no emprego, a análise terá enfoque nas famílias com maior participação no estoque do setor. No caso dos *Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administrativos*, o tempo médio de permanência para vínculos ativos, em 2014, era de 49,5 meses, o que representa uma diferença de -0,8 meses em relação ao total do setor (50,3 meses); e 17,1 meses para vínculos desligados no ano, o que significa 2,3 meses a mais do que a média do setor. Já no caso dos *Trabalhadores nos serviços de manutenção de edificações*, o tempo médio para vínculos ativos era de 39,9 meses, com -10,4 meses em relação ao total do setor; e 10,6 meses para vínculos desligados no ano, ou -4,2 meses em relação ao total. Por fim, vale mencionar os *Vigilantes e guardas de segurança*, com média de 38,6 meses para os vínculos ativos e 10,6 meses para os vínculos rompidos no ano.

TABELA 17
Tempo de permanência (meses) e diferença em relação ao total do setor das 10 famílias ocupacionais com maior participação no estoque de empregos dos Serviços em 2014 Curitiba, 2014

Família ocupacional	Vínculos ativos		Vínculos rompidos no ano	
	Tempo médio de permanência	Diferença em relação ao setor	Tempo médio de permanência	Diferença em relação ao setor
Técnicos e auxiliares de enfermagem	78,8	28,5	21,2	6,4
Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administrativos	49,5	-0,8	17,1	2,3
Recepcionistas	31,2	-19,1	12,8	-2,0
Operadores de telemarketing	18,3	-32,0	10,3	-4,5
Garçons, barmen, copeiros e sommiers	25,2	-25,1	7,9	-6,9
Trabalhadores nos serviços de manutenção e conservação de edifícios e log.	46,7	-3,6	13,1	-1,7
Trabalhadores nos serviços de manutenção de edificações	39,9	-10,4	10,6	-4,2
Vigilantes e guardas de segurança	38,6	-11,7	23,3	8,5
Porteiros, guardas e vigias	50,1	-0,2	17,2	2,4
Vendedores e demonstradores em lojas ou mercados	20,8	-29,5	6,7	-8,1
Subtotal das 10 maiores famílias	42,3	-8,0	12,7	-2,1
Total do setor	50,3		14,8	

Fonte: MTb/RAIS
 Elaboração: DIEESE

Para os demais setores analisados, dedicou-se uma seção específica sobre informações de escolaridade. No entanto, como todas as famílias ocupacionais com destaque nos Serviços constam entre as 20 famílias com maior estoque em Curitiba, ou seja, já tiveram seus indicadores de escolaridade analisados, passa-se ao setor do Comércio.

3.2.2 Famílias ocupacionais no Comércio

Avançando para a análise das famílias ocupacionais no Comércio destacam-se, em 2014, os *Vendedores e demonstradores em lojas ou mercados*, família ocupacional que era responsável por 27,2%, com variação média anual de 7,1% entre 2004 e 2014. A

família que ocupava a segunda posição no setor era de *Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administrativos*, com 10,3% do estoque e crescimento médio anual de 7,2% a.a. A este se seguem os *Caixas e bilheteiros (exceto caixa de banco)*, família com 7,2% do estoque do Comércio em 2014.

TABELA 18
Estoque de empregos formais, participação percentual e variação média anual das 10 famílias ocupacionais com maior participação no estoque de empregos do Comércio em 2014
Curitiba, 2004 e 2014.

Família ocupacional	2004		2014		Variação média anual
	Nº absoluto	Part. %	Nº absoluto	Part. %	
Vendedores e demonstradores em lojas ou mercados	31.440	27,8	44.238	27,2	7,1
Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares adm.	11.810	10,4	16.695	10,3	7,2
Caixas e bilheteiros (exceto caixa de banco)	6.835	6,0	11.783	7,2	11,5
Almoxarifes e armazenistas	3.502	3,1	6.541	4,0	13,3
Técnicos de vendas especializadas	2.173	1,9	3.568	2,2	10,4
Gerentes de operações comerciais e de reparação	3.528	3,1	3.516	2,2	-0,1
Gerentes de marketing, comercialização e vendas	1.526	1,3	3.489	2,1	18,0
Trabalhadores nos serviços de manutenção de edificações	[1]	[1]	2.996	1,8	[1]
Mecânicos de manutenção de veículos automotores	1.951	1,7	2.692	1,7	6,7
Motoristas de veículos de pequeno e médio porte	1.829	1,6	2.605	1,6	7,3
Subtotal 10 maiores famílias do setor	64.594	57,1	98.123	60,3	8,7
Subtotal demais famílias do setor	48.528	42,9	64.644	39,7	5,9
Total famílias do setor	113.122	100,0	162.767	100,0	7,5

Nota [1]: Esta família ocupacional não existia em 2004

Fonte: MTb/RAIS

Elaboração: DIEESE

Adentrando ao tempo de permanência médio dos vínculos de emprego segundo as famílias ocupacionais do Comércio, os *Vendedores e demonstradores em lojas ou mercados* marcavam, em 2014, média de 26,6 meses no posto de trabalho para vínculos ativos, o que representa uma diferença de -4,8 meses em relação ao total do setor (31,4 meses). Já no caso dos vínculos desligados no ano, nesta mesma família ocupacional, marcavam 11,2 meses no posto de trabalho, o que significa -1,9 meses em relação ao total. A segunda família ocupacional com destaque no estoque de empregos do Comércio é a dos *Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administrativos*, com 31,2 meses no posto para vínculos ativos (-0,2 meses em relação ao total) e 16,8 meses para vínculos rompidos no ano (3,7 meses em relação ao total). No caso dos *Caixas e bilheteiros (exceto caixas de banco)*, o tempo de permanência para vínculos ativos era de 18,1 meses e para os desligados 7,9 meses.

TABELA 19
Tempo de permanência (meses) e diferença em relação ao setor
das 10 famílias ocupacionais com maior participação no estoque de empregos
do Comércio em 2014
Curitiba, 2014.

Família ocupacional	Vínculos ativos		Vínculos rompidos no ano	
	Tempo médio de permanência	Diferença em relação ao setor	Tempo médio de permanência	Diferença em relação ao setor
Gerentes de operações comerciais e de reparação	40,1	8,7	20,7	7,6
Gerentes de marketing, comercialização e vendas	45,3	13,9	24,8	11,7
Técnicos de vendas especializadas	30,2	-1,2	13,2	0,1
Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares adm.	31,2	-0,2	16,8	3,7
Almoxarifes e armazenistas	26,4	-5,0	11,7	-1,4
Caixas e bilheteiros (exceto caixa de banco)	18,1	-13,3	7,9	-5,2
Trabalhadores nos serviços de manutenção de edificações	28,7	-2,7	11,2	-1,9
Vendedores e demonstradores em lojas ou mercados	26,6	-4,8	11,2	-1,9
Motoristas de veículos de pequeno e médio porte	36,9	5,5	16,1	3,0
Mecânicos de manutenção de veículos automotores	42,9	11,5	22,0	8,9
Subtotal das 10 maiores famílias	28,4	-3,0	12,2	-0,9
Total do setor	31,4		13,1	

Fonte: MTb/RAIS

Elaboração: DIEESE

Assim como no caso dos Serviços, os indicadores de escolaridade das famílias ocupacionais do Comércio não serão analisados, pois já constam entre as 20 famílias com maior destaque no estoque total²⁷.

3.2.3 Famílias ocupacionais na Indústria de transformação.

Em relação às famílias ocupacionais na Indústria de transformação, a primeira categoria com destaque são os *Alimentadores de linhas de produção*, categoria que atendia por 11,8% do estoque de empregos do setor, o que corresponde a 11.631 vínculos. Em relação à série histórica, essa atividade registrou variação média anual positiva, de 0,9% a.a. O segundo colocado no ranking é a categoria dos *Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administrativos*, que atende por 6,1% do estoque de empregos do setor, com 6.054 vínculos. Neste caso, a variação média anual também foi positiva, de 2,7% a.a. Na sequência, seguem os *Montadores de equipamentos eletroeletrônicos*, com 4,2% do estoque de empregos do setor e variação média anual de 5,8% a.a. Importante mencionar o caso dos *Operadores na fabricação de pães, massas e doces*,

²⁷ Não foram analisadas anteriormente as famílias dos *Gerentes de operações comerciais e de reparação* e *Mecânicos de manutenção de veículos automotores*, que detém destaque entre as famílias do Comércio. Entretanto, uma análise preliminar demonstrou que a taxa de subescolarização nestas duas famílias (0,9% no primeiro caso e 7,9% no segundo) ao justificam uma investigação aprofundada.

que ocupa o décimo lugar no ranking de empregos da Indústria de transformação, mas registrou a maior variação média entre as famílias estudadas, de 24,0% a.a.

TABELA 20
Estoque de empregos formais, participação percentual e variação média anual das 10 famílias ocupacionais com maior participação no estoque de empregos da Indústria de transformação em 2014 Curitiba, 2009 e 2014.

Família ocupacional	2004		2014		Variação média anual
	Nº absoluto	Part. %	Nº absoluto	Part. %	
Alimentadores de linhas de produção	10.617	13,1	11.631	11,8	0,9
Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares adm.	4.617	5,7	6.054	6,1	2,7
Montadores de equipamentos eletroeletrônicos	2.331	2,9	4.108	4,2	5,8
Preparadores e operadores de maquina-ferramenta conv.	6.098	7,5	3.210	3,2	-6,2
Cozinheiros	1.540	1,9	2.798	2,8	6,2
Técnicos de controle da produção	1.326	1,6	2.336	2,4	5,8
Almoxarifes e armazenistas	1.391	1,7	2.042	2,1	3,9
Montadores de veículos automotores (linha de montagem)	1.735	2,1	1.926	1,9	1,0
Vendedores e demonstradores em lojas ou mercados	1.566	1,9	1.875	1,9	1,8
Operadores na fabricação de pães, massas e doces	207	0,3	1.778	1,8	24,0
Subtotal 10 maiores famílias do setor	31.428	38,9	37.758	38,2	1,9
Subtotal demais famílias do setor	49.451	61,1	61.166	61,8	2,1
Total famílias do setor	80.879	100,0	98.924	100,0	2,0

Fonte: MTb/RAIS

Elaboração: DIEESE

Avançando para análise do tempo de permanência nas famílias ocupacionais de destaque na Indústria de transformação, destacam-se os *Alimentadores de linhas de produção*, que registravam tempo médio de permanência para os vínculos ativos de 29,9 meses, o que representava uma distância de -27,3 meses em relação ao tempo médio de permanência do setor (57,2 meses). Já para o caso dos vínculos desligados no ano, esta família ocupacional registrou em 2014 tempo médio de 12,2 meses, o que representa uma distância de -9,2 meses em relação ao tempo médio do setor (21,4 meses). Já para os *Cozinheiros*, o tempo médio de permanência para vínculos ativos era de 32,9 meses (ou -24,3 meses em relação ao total), e 13,3 meses para vínculos desligados no ano (ou -8,1 meses em relação ao total). Também vale citar o caso dos *Escriturários em geral, agentes e assistentes administrativos*, com tempo médio de 35,1 meses para vínculos ativos e 19,5 meses para vínculos rompidos no ano.

TABELA 21
Tempo de permanência (meses) e diferença em relação ao setor
das 10 famílias ocupacionais com maior participação no estoque de empregos
da Indústria de transformação em 2014
Curitiba, 2014

Família ocupacional	Vínculos ativos		Vínculos rompidos no ano	
	Tempo médio de permanência	Diferença em relação ao setor	Tempo médio de permanência	Diferença em relação ao setor
Técnicos de controle da produção	90,7	33,5	39,1	17,7
Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares adm.	35,1	-22,1	19,5	-1,9
Almoxarifes e armazenistas	54,5	-2,7	27,3	5,9
Cozinheiros	32,9	-24,3	13,3	-8,1
Vendedores e demonstradores em lojas ou mercados	36,3	-20,9	16,2	-5,2
Preparadores e operadores de máquinas-ferramenta conv.	95,3	38,1	38,5	17,1
Montadores de veículos automotores (linha de montagem)	95,2	38	54,7	33,3
Montadores de equipamentos eletroeletrônicos	58,8	1,6	31,2	9,8
Alimentadores de linhas de produção	29,9	-27,3	12,2	-9,2
Operadores na fabricação de pães, massas e doces	97	39,8	94,8	73,4
Subtotal das 20 maiores famílias ocupacionais	51,5	-5,7	19,6	-1,8
Total do setor	57,2		21,4	

Fonte: MTb/RAIS

Elaboração: DIEESE

Prosseguindo com os indicadores de escolaridade nas famílias ocupacionais de destaque na Indústria de transformação, a Tabela 20 elenca as famílias ocupacionais que não foram investigadas previamente. Em relação a ocupações sobre-escolarizadas, destacam-se os *Preparadores e operadores de máquinas-ferramentas convencionais*, demandava oito anos de escolaridade formal para desempenho das atividades e curso de qualificação profissional, e registrava 81,5% do seu estoque de empregos com escolaridade superior à indicada. Em relação às famílias compatíveis, destacam-se os *Montadores de equipamentos eletroeletrônicos*, ocupação que demandava ensino médio completo (11 anos de escolaridade formal) e curso de qualificação profissional, com 86,0% de seus vínculos atendendo a escolaridade formal indicada. Por fim, entre as ocupações com maior proporção de vínculos subescolarizados, destacam-se os *Operadores na fabricação de pães, massas e doces*, família ocupacional que demandava 11 anos de escolaridade formal e curso de qualificação profissional, e observava 18,9% de seus vínculos sem atender a esta indicação.

Tabela 22
Indicadores de escolaridade
das 10 famílias ocupacionais com maior participação no estoque de empregos
da Indústria de transformação em 2014
Curitiba, 2014

Famílias ocupacionais	Escolaridade formal (anos)	Ensino profissionalizante ou técnico	Sub-escolarizados	Compatíveis	Sobre-escolarizados
Técnicos de controle da produção	11	Sim	8,1	58,3	33,5
Preparadores e operadores de maquina-ferramenta conv.	8	Sim	6,3	12,2	81,5
Montadores de veículos automotores (linha de montagem)	11	Sim	6,6	85,6	7,8
Montadores de equipamentos eletroeletrônicos	11	Sim	10,7	86,0	3,3
Operadores na fabricação de pães, massas e doces	11	Sim	18,9	79,1	1,9

Fonte: MTb/RAIS

Elaboração: DIEESE

3.2.4 Famílias ocupacionais na Construção civil

Em primeiro lugar no estoque da Construção civil figuram os *Ajudantes de obras civis*, família ocupacional que atendia por 8.770 vínculos de emprego em 2014, o que representava 8,9% do estoque do setor. Em relação à série histórica, a categoria observou variação média positiva, de 8,0% a.a. O segundo lugar no ranking era ocupado pelos *Trabalhadores de estruturas de alvenaria*, com 6.003 vínculos de emprego, em 2014, ou 6,1% do setor. Entre 2004 e 2014, a família ocupacional observou crescimento médio anual de 8,7%. Por fim, figuravam os *Trabalhadores de montagem de estruturas de madeira, metal e compósitos*, com 3.131 vínculos, ou 3,2% do estoque do setor.

TABELA 23
Estoque de empregos formais, participação percentual e variação média anual
das 10 famílias ocupacionais com maior participação no estoque de empregos
da Construção civil em 2014
Curitiba, 2004 e 2014.

Família ocupacional	2004		2014		Variação média anual
	Nº absoluto	Part. %	Nº absoluto	Part. %	
Ajudantes de obras civis	4.066	23,0	8.770	17,1	8,0
Trabalhadores de estruturas de alvenaria	2.605	14,7	6.003	11,7	8,7
Trabalhadores de montagem de estruturas de madeira, metal e compósitos	1.292	7,3	3.131	6,1	9,3
Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administrativos	797	4,5	2.723	5,3	13,1
Supervisores da construção civil	796	4,5	2.373	4,6	11,5
Trabalhadores na operação de maquinas de terraplenagem e fundações	439	2,5	1.606	3,1	13,8
Motoristas de veículos de cargas em geral	382	2,2	1.600	3,1	15,4
Instaladores-reparadores de linhas e equipamentos de telecomunicações	436	2,5	1.496	2,9	13,1
Encanadores e instaladores de tubulações	310	1,8	1.291	2,5	15,3
Trabalhadores de instalações elétricas	380	2,1	1.207	2,3	12,3
Total 10 maiores famílias do setor	11.503	65,0	30.200	58,8	10,1
Total demais famílias do setor	6.206	35,0	21.172	41,2	13,1
Total famílias do setor	17.709	100,0	51.372	100,0	11,2

Fonte: MTb/RAIS

Elaboração: DIEESE

A Tabela 22 traz o tempo de permanência nas principais famílias ocupacionais da Construção civil. Entre os vínculos ativos, destaca-se a família de *Ajudantes de obras civis*, com tempo médio de permanência de 16 meses, o que representava uma distância de -9,7 meses em relação ao total do setor (23,9 meses). Entre os vínculos desligados em 2014, a família ocupacional marcava média de 6,7 meses no emprego, o que representava uma distância de -3,2 meses em relação à média do setor (9,9 meses). No caso dos *Encanadores e instaladores de tubulações*, o tempo médio para vínculos ativos era de 23,2 meses (ou -2,5 meses em relação ao tempo médio de permanência do setor) e 9,7 meses para vínculos desligados no ano (ou -0,4 meses em relação à média do setor). Também vale mencionar o caso dos *Trabalhadores de instalações elétricas*, com 23,3 meses para vínculos ativos e 11,2 meses para desligados no ano.

Tabela 24
Tempo de permanência (meses) e diferença em relação ao setor
das 10 famílias ocupacionais com maior participação no estoque de empregos
da Construção civil em 2014
Curitiba, 2014.

Família ocupacional	Vínculos ativos		Vínculos inativos	
	Tempo médio de permanência	Diferença em relação ao setor	Tempo médio de permanência	Diferença em relação ao setor
Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administrativos	31,9	6,2	15,4	5,5
Supervisores da construção civil	40,1	14,4	17,7	7,8
Trabalhadores na operação de máquinas de terraplenagem e fundações	27,3	1,6	12,9	3,0
Trabalhadores de estruturas de alvenaria	23,7	-2,0	9,5	-0,4
Trabalhadores de montagem de estruturas de madeira, metal e compósitos em obras civis	23,7	-2,0	8,8	-1,1
Trabalhadores de instalações elétricas	23,3	-2,4	11,2	1,3
Ajudantes de obras civis	16	-9,7	6,7	-3,2
Encanadores e instaladores de tubulações	23,2	-2,5	9,7	-0,2
Instaladores-reparadores de linhas e equipamentos de telecomunicações	27,4	1,7	13,8	3,9
Motoristas de veículos de cargas em geral	23,9	-1,8	12,1	2,2
Subtotal das 20 maiores famílias	23,9	-1,8	9,3	-0,6
Total do setor	25,7		9,9	

Fonte: MTb/RAIS
 Elaboração: DIEESE

A seguir, investigam-se as ocupações associadas ao setor da Construção civil que não foram consideradas nos indicadores anteriores. A primeira constatação é que, das oito famílias ocupacionais listadas, apenas três indicam um nível de escolaridade definida para ocupação. Dentre essas, aquela com maior proporção de vínculos sobre-escolarizados é a de *Trabalhadores de estruturas de alvenaria*, com 44,8% dos vínculos com escolaridade superior à indicada pela CBO, qual seja, oito anos de escolaridade formal. Em relação aos vínculos compatíveis, destacam-se os *Trabalhadores de instalações elétricas*, ocupação que registrava 65,0% dos seus vínculos compatíveis com a escolaridade indicada, de 11 anos de ensino formal.

As ocupações associadas à Construção civil apresentam proporções de vínculos subescolarizados superiores às ocupações com maior participação no estoque de empregos da capital. O destaque, nesse sentido, é a família dos *Supervisores da construção civil*, categoria a qual o manual da CBO indicava ensino médio completo (11 anos de ensino formal), e que registrava a maioria de seus vínculos (52,4%) sem atender a estas especificações. Para todas as ocupações citadas indicava-se curso de qualificação profissional, e considerando a proporção de vínculos subescolarizados, aliado a trajetória de crescimento do setor, considera-se que essas ocupações poderiam ser foco de cursos de qualificação.

Tabela 25
Indicadores de escolaridade das famílias ocupacionais com maior estoque na
Construção civil.
Curitiba, 2014.

Famílias ocupacionais	Escolaridade formal (anos)	Ensino prof. ou técnico	Subescolarizados	Compatíveis	Sobre-escolarizados
Supervisores da construção civil	11	Sim	52,4	43,6	4,0
Trabalhadores na operação de máquinas de terraplenagem e fundações	-	Sim	-	-	-
Trabalhadores de estruturas de alvenaria	8	Sim	30,9	24,4	44,8
Trabalhadores de mont. de estruturas de madeira, metal e comp. em obr. civis	-	Sim	-	-	-
Trabalhadores de instalações elétricas	11	Sim	32,9	65,0	2,1
Encanadores e instaladores de tubulações	-	Sim	-	-	-
Instaladores-reparadores de linhas e equipamentos de telecomunicações	-	Sim	-	-	-

Nota [1]: As ocupações listadas com – não puderam ter indicadores construídos, pois indicam diferentes níveis de escolaridade a depender da ocupação desenvolvida.

Fonte: MTb/RAIS

Elaboração: DIEESE

CONCLUSÕES

O presente estudo elencou indicadores demográficos e econômicos com vista a subsidiar a elaboração de políticas públicas de qualificação profissional. O objetivo foi oferecer um panorama amplo para subsidiar as políticas de qualificação e, especificamente, elencar ocupações que possam ser foco de ações de qualificação profissional.

A investigação dos resultados do censo demográfico demonstrou que, entre a década de 70 e 80, a capital paranaense experimentou um crescimento significativo de sua população, de 68,2%, gerando um aporte de força de trabalho e mercado consumidor. Entretanto, nas décadas subsequentes, o crescimento populacional arrefeceu, até atingir 10,3% entre 2000 e 2010. Outra questão importante é o envelhecimento da população curitibana, tendência verificada pela diminuição da participação de crianças e jovens na população total e aumento da participação de idosos. O destaque, nesse sentido, é a estagnação da participação de faixas etárias de 20 a 29 anos (18,5% em 2010) e 30 a 39 anos (16,7% no mesmo ano). Estas faixas são importantes pois trata-se, no primeiro caso, de jovens que buscam seu primeiro emprego e inserção no mercado de trabalho, e no segundo caso, de adultos em plena fase de atividade laboral.

A análise do valor adicionado bruto em Curitiba demonstrou protagonismo do setor de Serviços na geração de riqueza da capital: em 2013, o setor representava 65,9% do valor adicionado bruto total. Ao mesmo tempo, era responsável por 47,4% dos estabelecimentos formais com vínculos ativos, em 2014, e 43,4% do estoque de empregos formais da capital. Além disso, o setor observou crescimento médio anual de 5,0% nos vínculos de emprego entre 2004 e 2014, percentual superior ao observado para o total dos vínculos da capital (4,1% a.a.). Esses elementos dão indicativos que corroboram a hipótese de qualquer política de qualificação profissional em Curitiba deve considerar a centralidade dos Serviços em Curitiba. Esse diagnóstico não é uma especificidade da capital paranaense, mas se trata de tendência observada nas principais grandes cidades do país que observaram redução da centralidade da indústria em sua economia e fortalecimento do setor de Serviços.

Em relação ao mercado de trabalho formal, há que se destacar dois contextos distintos. No período analisado neste relatório - de 2004 a 2014 - o estoque de empregos formais da RMC avançou em ritmo constante, com uma variação média anual de 4,4% a.a.,

sendo o crescimento verificado na capital (4,1% a.a.) inferior aos demais municípios da RMC (5,4% a.a.). Nesse período, também foi perceptível o incremento da remuneração média na capital, que avançou 2.8% a.a., saindo de R\$ 2.305, em 2004, para R\$ 3.049, em 2014, aspecto também verificado no país, de modo geral. Contudo, na conjuntura recente - iniciada depois de 2014 - os indicadores de monitoramento vêm demonstrando que a crise econômica que afeta o Brasil tem produzido resultados desfavoráveis no mercado de trabalho, com saldos negativos nos vínculos de emprego celetista e elevação da taxa de desocupação. Mesmo que esses efeitos não sejam tema do presente relatório, pode-se assumir que há implicações nas políticas de qualificação do município, na medida em que geram uma pressão de força de trabalho que precisa ser recolocada no mercado de trabalho, condição que perpassa, muitas vezes, pelo incremento da qualificação do trabalhador.

Em relação ao estudo das ocupações que poderiam ser alvo de cursos de qualificação profissional, a pesquisa analisou duas frentes: as famílias ocupacionais com maior participação no estoque de empregos e as famílias ocupacionais com destaque nos setores de atividade econômica. Nos dois casos, foram relacionados às famílias indicadores de escolaridade e tempo de permanência no emprego, fatores determinantes para elencar esforços de qualificação. No caso da primeira variável, foi elencada como *proxy* de qualificação, na medida em que se observa correlação positiva entre escolaridade do trabalhador e a formação profissional. No caso do tempo de permanência no emprego, constitui-se como uma variável importante pois, eventualmente, o tempo de atividade na função permite suprir as demandas por qualificação profissional do trabalhador, sendo que o próprio manual da CBO indica um período estimado²⁸ para que o trabalhador apreenda os conhecimentos necessários para desempenhar esta função.

Em relação às famílias ocupacionais com maior participação no estoque de empregos, destacaram-se os casos de famílias ocupacionais de apoio às atividades dos Serviços, sendo elas *Vigilantes e guardas de segurança* (com 23.638 vínculos ativos, ou 2.5% do estoque em 2014), os *Almoxarifes e armazenistas* (11.297, ou 1.2% do estoque) e os *Trabalhadores nos serviços de administração de edifícios* (12.449, ou 1,3% do estoque). Em relação ao percentual de vínculos subescolarizados, o estudo dessas

²⁸ Vale mencionar que o manual da CBO não indica tempo de permanência para apreender as atividades da ocupação em todos os casos.

famílias indicou um resultado de 28,5%, 28,1% e 27,8%, respectivamente, de vínculos cuja escolaridade estava inferior à indicada pelo manual da CBO. Além dessa questão, em todas as ocupações mencionadas, tanto no caso dos vínculos ativos como no caso dos desligados no ano, o tempo de permanência no posto era inferior ao observado para o total dos vínculos. Portanto, conclui-se que há elementos suficientes para indicar que essas famílias ocupacionais podem ser alvo de cursos de qualificação profissional.

Em relação às famílias ocupacionais com destaque nos setores de atividade econômica, destaca-se o caso da Construção civil, que apresenta taxas de subescolarização superiores aos demais setores de atividade econômica e também menor tempo médio de permanência no emprego entre os setores, registrando variação média anual de -0,4 meses no período estudado. O setor da Construção civil apresentou o maior crescimento do estoque entre os setores de atividade econômica, de 11,2% a.a. no período estudado.

Nesse setor, destacaram-se os *Supervisores da construção civil*, *Trabalhadores de instalações elétricas* e *Trabalhadores de estruturas de alvenaria*, que atendiam por 2,4%, 1,2% e 6,1% dos vínculos de emprego associados a este setor. Em relação à escolaridade, a primeira ocupação se destacava por apresentar a maioria de seus vínculos (52,4%) sem a escolaridade indicada pelo manual da CBO. Para o caso dos *Trabalhadores de instalações elétricas* e *Trabalhadores de estruturas de alvenaria*, a proporção de subescolarizados era de 32,9% e 30,9%, respectivamente, em 2014. Também chama atenção o fato de que, nas duas últimas ocupações citadas, os vínculos ativos apresentavam tempo médio de permanência no emprego inferior ao total do setor. Por essas condições, considera-se que as ocupações podem ser alvo de cursos de qualificação profissional.

Referencias bibliográficas

BALL, Stephen J. **Mercados educacionais, escolhas e classe social: o mercado como uma estratégia de classe.** In: GENTILI, P. (Org.). Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação. 9. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

DIEESE. **A política de qualificação social e profissional da SETRE: sistematização das experiências dos programas trilha, trilha para mulheres, qualifica bahia e qualifica pacto pela vida.** Convênio DIEESE/SETRE-BA – nº. 063/2018. Salvador, 2016, 80 páginas.

DIEESE. **Relatório detalhado da construção e análise de indicadores de mercado de trabalho.** Convênio MTE/SPPE/CODEFAT – nº. 003/2007. São Paulo, 2008, 66 páginas.

OLIVEIRA, Ramon de. **Éramos felizes e não sabíamos: uma análise da educação profissional brasileira.** Boletim Técnico do SENAC nº 261, 2000. Disponível em: <www.senac.br>. Acesso em: 30 jan. 2008.

PEIXOTO, Patricia Ebani. **Do PLANFOR ao PNQ: uma análise comparativa sobre os planos de qualificação no Brasil / Patricia Ebani Peixoto. – 2008.** 136 f. : il. Orientador: Paulo Nakatani. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas.

PEREIRA, Valéria Villa Verde Reveles. **Considerações acerca da ocupação e da migração no estado do Paraná.** Curitiba: Iparde, 2010. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/ocupacao_migracao. Acessado em 1 de setembro de 2016

POCHMANN, Márcio. **O trabalho sob fogo cruzado.** São Paulo: Hucitec, 1999.

SCHNEIDER, E. M. (2010). **Análise das Necessidades de Qualificação Profissional na Região Metropolitana de Porto Alegre a partir da Pesquisa de Emprego e Desemprego.** Dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010

SALDANHA, Leticia de Luca Wollmann Saldanha. **O PRONATEC e a relação ensino médio e educação profissional.** IX ANPED Sul. Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul (Anped), 2012. Disponível em: <http://www.uces.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/1713/141>. Acesso em: 14 ago. 2016.

GLOSSÁRIO DE FAMÍLIAS OCUPACIONAIS

Ajudantes de obras civis (7170): Demolem edificações de concreto, de alvenaria e outras estruturas; preparam canteiros de obras, limpando a área e compactando solos. Efetuam manutenção de primeiro nível, limpando máquinas e ferramentas, verificando condições dos equipamentos e reparando eventuais defeitos mecânicos nos mesmos. Realizam escavações e preparam massa de concreto e outros materiais.

Alimentadores de linhas de produção (7842): Preparam materiais para alimentação de linhas de produção; organizam a área de serviço; abastecem linhas de produção; alimentam máquinas e separam materiais para reaproveitamento.

Almoxarifes e armazenistas (4141): recebem, conferem e armazenam produtos e materiais em almoxarifados, armazéns, silos e depósitos. Fazem os lançamentos da movimentação de entradas e saídas e controlam os estoques. Distribuem produtos e materiais a serem expedidos. Organizam o almoxarifado para facilitar a movimentação dos itens armazenados e a armazenar.

Caixas e bilheteiros (exceto caixa de banco) (4211): recebem valores de vendas de produtos e serviços; controlam numerários e valores; atendem o público em agência postal na recepção e entregam objetos postais; recebem contas e tributos e processam remessa e pagamento de numerários por meio postal; vendem bilhetes e ingressos em locais de diversão; processam a arrecadação de prestação de serviço nas estradas de rodagem; vendem bilhetes no transporte urbano e interurbano; fazem reserva e emissão de passagens aéreas e terrestres; prestam informações ao público, tais como itinerários, horários, preços, locais, duração de espetáculos, viagens, promoções e eventos, etc. preenchem formulários e relatórios administrativos.

Cozinheiros (5132): Organizam e supervisionam serviços de cozinha em hotéis, restaurantes, hospitais, residências e outros locais de refeições, planejando cardápios e elaborando o pré-preparo, e a finalização de alimentos, observando métodos de cocção e padrões de qualidade.

Encanadores e instaladores de tubulações (7241): Operacionalizam projetos de instalações de tubulações, definem traçados e dimensionam tubulações; especificam, quantificam e inspecionam materiais; preparam locais para instalações, realizam pré-montagem e instalam tubulações. Realizam testes operacionais de pressão de fluidos e testes de estanqueidade. Protegem instalações e fazem manutenções em equipamentos e acessórios.

Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administrativos (4110): Executam serviços de apoio nas áreas de recursos humanos, administração, finanças e logística; atendem fornecedores e clientes, fornecendo e recebendo informações sobre produtos e serviços; tratam de documentos variados, cumprindo todo o procedimento necessário referente aos mesmos. Atuam na concessão de microcrédito a microempresários, atendendo clientes em campo e nas agências, prospectando clientes nas comunidades.

Garçons, Barman, Copeiros e Sommeliers (5164): Atendem os clientes, recepcionando-os e servindo refeições e bebidas em restaurantes, bares, clubes, cantinas, hotéis, eventos e hospitais; montam e desmontam praças, carrinhos, mesas, balcões e bares; organizam, conferem e controlam materiais de trabalho, bebidas e alimentos, listas de espera, a limpeza e higiene e a segurança do local de trabalho; preparam alimentos e bebidas, realizando também serviços de vinhos.

Gerentes de operações comerciais e de assistência técnica (1414): Planejam atividades nos comércios varejista, atacadista e de assistência técnica; atendem clientes; administram e estruturam equipes de trabalho; gerenciam recursos materiais e financeiros, contratos e projetos; promovem condições de segurança, saúde, meio ambiente e qualidade; assessoram a diretoria e setores da empresa.

Inspetores de alunos (3341): Cuidam da segurança do aluno nas dependências e proximidades da escola; inspecionam o comportamento dos alunos no ambiente escolar. Orientam alunos sobre regras e procedimentos, regimento escolar, cumprimento de horários; ouvem reclamações e analisam fatos. Prestam apoio às atividades acadêmicas; controlam as atividades livres dos alunos, orientando entrada e saída de alunos, fiscalizando espaços de recreação, definindo limites nas atividades livres. Organizam o ambiente escolar e providenciam manutenção predial.

Instaladores-reparadores de linhas e equipamentos de telecomunicações (7313): Preparam, instalam e reparam em estabelecimentos comerciais, industriais, residenciais, rurais, urbanos e órgãos públicos linhas e aparelhos de telecomunicações, equipamentos de comutação e telefonia, de transmissão e telefonia e de energia em telefonia. Reparam aparelhos de telecomunicações em laboratório. Instalam e mantêm redes de cabos. Controlam resultados de funcionamento de linhas, aparelhos, redes de cabos e equipamentos instalados, testando, analisando indicadores de desempenho e registrando informações técnicas e operacionais das atividades realizadas. Trabalham seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente.

Montadores de equipamentos eletroeletrônicos (7311): Montam, testam e inspecionam placas, aparelhos e ou equipamentos eletroeletrônicos. Instalam painel de comando de rampa, esteira rolante e elevadores; preenchem relatórios e fichas dos equipamentos. Organizam e mantêm o local de trabalho em condições de uso. Abastecem o posto de trabalho de componentes, peças e materiais.

Montadores de veículos automotores (linha de montagem) (7255): Montam veículos automotores, organizam o ambiente de trabalho e monitoram o funcionamento de equipamentos e ferramentas em linhas de montagem. Controlam processos de montagem e elaboram documentação técnica. As atividades são exercidas em conformidade com as normas e procedimentos técnicos, de qualidade, segurança, saúde e preservação do meio ambiente.

Motoristas de veículos de cargas em geral (7825): Transportam, coletam e entregam cargas em geral; guincham, destombam e removem veículos avariados e prestam socorro mecânico. Movimentam cargas volumosas e pesadas, podem, também, operar equipamentos, realizar inspeções e reparos em veículos, vistoriar cargas, além de verificar documentação de veículos e de cargas. Definem rotas e asseguram a regularidade do transporte. As atividades são desenvolvidas em conformidade com normas e procedimentos técnicos e de segurança.

Motoristas de veículos de pequeno e médio porte (7823): Dirigem e manobram veículos e transportam pessoas, cargas ou valores. Realizam verificações e manutenções básicas do veículo e utilizam equipamentos e dispositivos especiais tais como sinalização sonora e luminosa, software de navegação e outros. efetuam pagamentos e recebimentos e, no

desempenho das atividades, utilizam-se de capacidades comunicativas. Trabalham seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente.

Operadores de equipamentos na fabricação de pães, massas alimentícias, doces, chocolates e achocolatados (8418): Produzem massas alimentícias, doces, salgados, achocolatados e chocolates. Preparam massas alimentícias e recheios e controlam processos e linhas de produção. Efetuam testes e inspeções em produtos e embalagens. Preparam utensílios, máquinas e equipamentos para produção e realizam manutenção produtiva das máquinas e equipamentos. Trabalham seguindo normas de higiene, segurança no trabalho, qualidade e preservação ambiental.

Operadores de telemarketing (4223): Atendem usuários, oferecem serviços e produtos, prestam serviços técnicos especializados, realizam pesquisas, fazem serviços de cobrança e cadastramento de clientes, sempre via teleatendimento, seguindo roteiros e scripts planejados e controlados para captar, reter ou recuperar clientes.

Porteiros, guardas e vigias (5174): Zelam pela guarda do patrimônio e exercem a vigilância de fábricas, armazéns, residências, estacionamentos, edifícios públicos, privados e outros estabelecimentos, percorrendo-os sistematicamente e inspecionando suas dependências, para evitar incêndios, roubos, entrada de pessoas estranhas e outras anormalidades; controlam fluxo de pessoas, identificando, orientando e encaminhando-as para os lugares desejados; recebem hóspedes em hotéis; escoltam pessoas e mercadorias; fazem manutenções simples nos locais de trabalho.

Preparadores e operadores de máquina-ferramenta convencionais (7212): Preparam, regulam e operam

máquinas-ferramenta que usinam peças de metal e compósitos e controlam os parâmetros e a qualidade das peças usinadas, aplicando procedimentos de segurança às tarefas realizadas. Planejam sequências de operações, executam cálculos técnicos; podem implementar ações de preservação do meio ambiente. Dependendo da divisão do trabalho na empresa, podem apenas preparar ou operar as máquinas-ferramenta.

Receptionistas (4221): Recepcionam e prestam serviços de apoio a clientes, pacientes, hóspedes, visitantes e passageiros; prestam atendimento telefônico e fornecem informações em escritórios, consultórios, hotéis, hospitais, bancos, aeroportos e outros estabelecimentos; marcam entrevistas ou consultas e recebem clientes ou visitantes; averiguam suas necessidades e dirigem ao lugar ou a pessoa procurados; agendam serviços, reservam (hotéis e passagens) e indicam acomodações em hotéis e estabelecimentos similares; observam normas internas de segurança, conferindo documentos e idoneidade dos clientes e notificando seguranças sobre presenças estranhas; fecham contas e estadas de clientes. Organizam informações e planejam o trabalho do cotidiano.

Supervisores da construção civil (7102): Supervisionam equipes de trabalhadores da construção civil que atuam em usinas de concreto, canteiros de obras civis e ferrovias. Elaboram documentação técnica e controlam recursos produtivos da obra (arranjos físicos, equipamentos, materiais, insumos e equipes de trabalho). Controlam padrões produtivos da obra tais como inspeção da qualidade dos materiais e insumos utilizados, orientação sobre especificação, fluxo e movimentação dos materiais e sobre medidas de segurança dos locais e

equipamentos da obra. Administram o cronograma da obra.

Técnicos de controle da produção (3912): Inspeccionam o recebimento e organizam o armazenamento e movimentação de insumos; verificam conformidade de processos; liberam produtos e serviços; trabalham de acordo com normas e procedimentos técnicos, de qualidade e de segurança e demonstram domínio de conhecimentos técnicos específicos da área.

Técnicos de vendas especializadas (3541): Planejam vendas especializadas; demonstram produtos e serviços; concretizam vendas. Acompanham clientes no pós-venda; contatam áreas internas da empresa. Sugerem políticas de vendas e participam de eventos.

Técnicos e auxiliares de enfermagem (3222): Desempenham atividades técnicas de enfermagem em empresas públicas e privadas como: hospitais, clínicas e outros estabelecimentos de assistência médica, embarcações e domicílios; atuam em cirurgia, terapia, puericultura, pediatria, psiquiatria, obstetrícia, saúde ocupacional e outras áreas. Prestam assistência ao paciente zelando pelo seu conforto e bem-estar, administram medicamentos e desempenham tarefas de instrumentação cirúrgica, posicionando de forma adequada o paciente e o instrumental. Organizam ambiente de trabalho e dão continuidade aos plantões. Trabalham em conformidade às boas práticas, normas e procedimentos de biossegurança. Realizam registros e elaboram relatórios técnicos. Desempenham atividades e realizam ações para promoção da saúde da família.

Trabalhadores de estruturas de alvenaria (7152): Organizam e preparam o local de trabalho na obra; constroem fundações e estruturas de

alvenaria. Aplicam revestimentos e contrapisos.

Trabalhadores de instalações elétricas (7156): Planejam serviços elétricos, realizam instalação de distribuição de alta e baixa tensão. Montam e reparam instalações elétricas e equipamentos auxiliares em residências, estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços. Instalam e reparam equipamentos de iluminação de cenários ou palcos.

Trabalhadores de montagem de estruturas de madeira, metal e compósitos em obras civis (7155): Planejam trabalhos de carpintaria, preparam canteiro de obras e montam formas metálicas. Confeccionam formas de madeira e forro de laje (painéis), constroem andaimes e proteção de madeira e estruturas de madeira para telhado. Escoram lajes de pontes, viadutos e grandes vãos. Montam portas e esquadrias. Finalizam serviços tais como desmonte de andaimes, limpeza e lubrificação de formas metálicas, seleção de materiais reutilizáveis, armazenamento de peças e equipamentos.

Trabalhadores na operação de máquinas de terraplenagem e fundações (7151): Planejam o trabalho, realizam manutenção básica de máquinas pesadas e as operam. Removem solo e material orgânico "bota-fora", drenam solos e executam construção de aterros. Realizam acabamento em pavimentos e cravam estacas.

Trabalhadores nos serviços de manutenção de edificações (5143): Executam serviços de manutenção elétrica, mecânica, hidráulica, carpintaria e alvenaria, substituindo, trocando, limpando, reparando e instalando peças, componentes e equipamentos. Conservam vidros e fachadas, limpam recintos e acessórios e tratam de piscinas. Trabalham seguindo

normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente.

Trabalhadores nos serviços de manutenção e conservação de edifícios e logradouros (5142): Os trabalhadores nos serviços de coleta de resíduos, de limpeza e conservação de áreas públicas coletam resíduos domiciliares, resíduos sólidos de serviços de saúde e resíduos coletados nos serviços de limpeza e conservação de áreas públicas. Preservam as vias públicas, varrendo calçadas, sarjetas e calçadões, acondicionando o lixo para que seja coletado e encaminhado para o aterro sanitário. Conservam as áreas públicas lavando-as, pintando guias, postes, viadutos, muretas e etc. Zelum pela segurança das pessoas sinalizando e isolando áreas de risco e de trabalho. Trabalham com segurança, utilizando equipamento de proteção individual e promovendo a segurança individual e da equipe.

Vendedores e demonstradores em lojas e mercados (5211): Vendem mercadorias em estabelecimentos do comércio varejista ou atacadista, auxiliando os clientes na escolha. Registram entrada e saída de mercadorias. Promovem a venda de mercadorias, demonstrando seu funcionamento, oferecendo-as para degustação ou distribuindo amostras das mesmas. Informam sobre suas qualidades e vantagens de aquisição. Expõem mercadorias de forma atrativa, em pontos estratégicos de vendas, com etiquetas de preço. Prestam serviços aos clientes, tais como troca de mercadorias; abastecimento de veículos; aplicação de injeção e outros serviços correlatos. Fazem inventário de mercadorias para reposição. Elaboram

relatórios de vendas, de promoções, de demonstrações e de pesquisa de preços.

Vigilantes e guardas de segurança (5173): Vigiam dependências e áreas públicas e privadas com a finalidade de prevenir, controlar e combater delitos como porte ilícito de armas e munições e outras irregularidades; zelam pela segurança das pessoas, do patrimônio e pelo cumprimento das Leis e regulamentos; recepcionam e controlam a movimentação de pessoas em áreas de acesso livre e restrito; fiscalizam pessoas, cargas e patrimônio; escoltam pessoas e mercadorias. Controlam objetos e cargas; vigiam parques e reservas florestais, combatendo inclusive focos de incêndio; vigiam presos. Comunicam-se via rádio ou telefone e prestam informações ao público e aos órgãos competentes.

ANEXOS

ANEXO I
Estoque de empregos formais e distribuição percentual segundo setor de atividade econômica
Curitiba, 2004 a 2014

Setor de atividade econômica	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Extrativa mineral	177	164	175	200	195	238	238	211	189	211	235
Indústria de transformação	80.879	82.286	87.695	93.465	96.090	97.678	97.678	106.305	107.530	101.871	98.924
SIUP	14.099	15.820	17.873	18.075	18.130	18.553	18.553	20.505	20.535	19.498	19.514
Construção Civil	17.709	17.877	21.633	24.857	28.662	34.966	34.966	47.881	52.961	45.688	51.372
Comércio	113.122	119.459	125.399	133.947	140.325	145.686	145.686	158.033	160.778	163.091	162.767
Serviços	250.598	258.291	278.934	294.581	316.386	330.429	330.429	376.033	395.032	403.129	409.937
Administração Pública	155.758	153.462	183.069	171.825	170.531	204.531	204.531	187.574	228.990	201.038	199.495
Agropecuária	1.527	1.347	1.741	1.491	1.479	1.504	1.504	1.557	1.382	1.633	1.423
Total	633.869	648.706	716.519	738.441	771.798	833.585	833.585	898.099	967.397	936.159	943.667
Extrativa mineral	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Indústria de transformação	12,8	12,7	12,2	12,7	12,5	11,7	11,7	11,8	11,1	10,9	10,5
SIUP	2,2	2,4	2,5	2,4	2,3	2,2	2,2	2,3	2,1	2,1	2,1
Construção Civil	2,8	2,8	3,0	3,4	3,7	4,2	4,2	5,3	5,5	4,9	5,4
Comércio	17,8	18,4	17,5	18,1	18,2	17,5	17,5	17,6	16,6	17,4	17,2
Serviços	39,5	39,8	38,9	39,9	41,0	39,6	39,6	41,9	40,8	43,1	43,4
Administração Pública	24,6	23,7	25,5	23,3	22,1	24,5	24,5	20,9	23,7	21,5	21,1
Agropecuária	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	0,2	0,2
Total	100,0										

Fonte: MTb/RAIS
 Elaboração: DIEESE

ANEXO II
Distribuição percentual dos vínculos de emprego segundo setor de atividade econômica e escolaridade agregada.
Curitiba, 2009 e 2014

Setor de atividade econômica	2009			
	Até ensino médio incompleto	Médio completo	Ensino superior incompleto ou superior	Total
Indústria de transformação	30,3	52,0	17,7	100,0
Serviços industriais de utilidade pública	17,2	45,4	37,3	100,0
Construção Civil	65,5	27,5	7,1	100,0
Comércio	33,3	55,4	11,3	100,0
Serviços	30,5	40,8	28,7	100,0
Administração Pública	6,0	24,7	69,2	100,0
Agropecuária e extrativa mineral	64,4	24,1	11,5	100,0
Total	26,2	40,2	33,6	100,0
Setor de atividade econômica	2014			
	Até ensino médio incompleto	Médio completo	Ensino superior incompleto ou superior	Total
Indústria de transformação	22,7	54,4	22,9	100,0
Serviços industriais de utilidade pública	14,8	47,2	38,0	100,0
Construção Civil	51,0	40,5	8,5	100,0
Comércio	26,6	60,6	12,9	100,0
Serviços	25,0	43,9	31,0	100,0
Administração Pública	3,7	31,7	64,7	100,0
Agropecuária e extrativa mineral	55,7	30,9	13,4	100,0
Total	21,8	45,2	33,0	100,0

Fonte: MTb/RAIS
 Elaboração: DIEESE

ANEXO III
Distribuição percentual do estoque de empregos formais nas 20 maiores famílias ocupacionais, segundo grande setor de atividade econômica.
Curitiba, 2014

Família ocupacional	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Agropecuária	Total
Técnicos e auxiliares de enfermagem	0,3	0,1	0,6	99,0	0,0	100,0
Inspetores de alunos e afins	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	100,0
Técnicos de vendas especializadas	11,9	0,8	35,2	52,0	0,1	100,0
Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares adm.	10,0	2,8	17,2	69,9	0,1	100,0
Almoxarifes e armazenistas	18,7	5,1	57,9	18,3	0,1	100,0
Caixas e bilheteiros (exceto caixa de banco)	1,3	0,2	75,8	22,7	0,0	100,0
Receptionistas	2,7	0,9	12,0	84,3	0,1	100,0
Operadores de telemarketing	6,2	0,2	11,1	82,4	0,0	100,0
Cozinheiros	21,3	0,4	7,9	70,4	0,0	100,0
Garçons, barmen, copeiros e sommeliers	5,7	0,2	15,2	78,8	0,0	100,0
Trabalhadores nos serviços de administração de edifícios	2,9	2,7	13,6	80,6	0,2	100,0
Trabalhadores nos serviços de manutenção e conservação de ed. e log.	12,1	2,2	5,3	80,2	0,2	100,0
Trabalhadores nos serviços de manutenção de edificações	4,1	1,3	7,8	86,5	0,3	100,0
Vigilantes e guardas de segurança	0,2	0,2	2,9	96,7	0,0	100,0
Porteiros, guardas e vigias	2,3	3,1	5,9	88,6	0,1	100,0
Vendedores e demonstradores em lojas ou mercados	3,3	0,3	77,0	19,3	0,0	100,0
Ajudantes de obras civis	3,1	76,3	2,3	18,3	0,1	100,0
Motoristas de veículos de pequeno e médio porte	8,1	4,8	26,3	60,5	0,2	100,0
Motoristas de veículos de cargas em geral	10,8	14,0	22,0	52,8	0,3	100,0
Alimentadores de linhas de produção	71,8	0,9	15,4	11,9	0,0	100,0
Total	8,8	3,8	23,8	63,6	0,1	100,0

Fonte: RAIS/MTE

Elaboração: DIEESE